



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
SUBCOMISSÃO DE CULTURA

**PRESIDENTE: ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Ação Comunitária Senhor Santo Cristo – Cidade Tiradentes

DATA: 30/06/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Boa noite, todas e todos.

Por uma questão de horário, eu vou abrir a audiência e suspender em seguida para aguardarmos, porque há mais gente chegando. É só por uma questão de protocolo.

Presente a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, na qualidade de Presidente da Subcomissão de Cultura para estudo, análise e debate de projetos de lei, programas e projetos relacionados à Cultura, declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública presencial desta Subcomissão do ano de 2022.

Esta audiência tem como objetivo debater os equipamentos de cultura nas periferias, participação social e transparência.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 28/06/2022.

Hoje, além da nossa atividade presencial, haverá a transmissão da TV Câmara ao vivo, pelo canal 8.3; pelo portal da Câmara Municipal e também pelo YouTube.

Foram convidados para esta audiência as Sras. Aline Nascimento Barrozo Torres, Secretária Municipal de Cultura; Regiane de Freitas Castro, Supervisora de Cultura da Cidade Tiradentes – que está ao meu lado, seja muito bem-vinda; Ana Rita, representante do Movimento Cultural de Cidade Tiradentes – Mocuti; e os Srs. Marcelo Martins, Presidente do Coletivo Love C.T. Skate – inclusão e resgate; Anderson Luca, representante do Projeto Love CT – inclusão e resgate; Bia Sankofa, representante do Núcleo Cultural Força Ativa, de Cidade Tiradentes; Ellen Rio Branco, representante do Núcleo Filhas da Dita; o representante do Coletivo Panikinho; Simone Rego, representante do Projeto Carolinas; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Como ainda aguardamos a presença de alguns convidados, vou suspender a audiência por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Elaine do

Quilombo Periférico.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Boa noite, novamente.

Reabertos os trabalhos.

Primeiro quero apresentar o João Batista, que está nos acompanhando na Comissão e fará a transmissão ao vivo. Já avisou para eu falar um pouco mais devagar para ele conseguir fazer a transmissão, por isso peço para as pessoas, se falarem rápido como eu, que tentem falar um pouco mais devagar para todos conseguirem acompanhar o nosso bate-papo.

Agradeço a presença de todos. Esta é a primeira de uma série de audiências públicas, porque temos sido demandados, sobretudo pelas pessoas que moram em regiões mais afastadas a fazermos audiências nos territórios para que elas possam acompanhar, para as que trabalham e não conseguem acompanhar no período da tarde ou manhã também possam acompanhar no período da noite.

É um prazer estar aqui. Sou moradora de Cidade Tiradentes, minha família veio para cá em 1987, por isso é um prazer maior ainda poder começar as audiências por esse território, que é tão rico, sobretudo no que diz respeito à cultura.

Vou convidar algumas pessoas para acompanharem aqui conosco. Enviamos convites para a Secretaria de Cultura, que mandou duas representantes para conversar conosco: Camila Passos de Siqueira e Isabela Silva, muito bem-vindas. Convido também a Regiane de Freitas, que é Supervisora de Cultura da Cidade Tiradentes, que está conosco, e ao longo da noite chamaremos mais pessoas para participar do debate.

As inscrições estão abertas para os que queiram se manifestar, tanto o Cido quanto o Mário receberão as inscrições. Nas redes sociais do Quilombo também, caso alguém esteja acompanhando *on-line* e queira fazer perguntas ou manifestação.

O debate hoje é sobre os equipamentos públicos de cultura na cidade de São Paulo. Para quem acompanha a cultura na cidade sabe que esse é um tema muito relevante e importante. Quero começar fazendo um adendo, porque a nossa ideia inicial era fazer todas as audiências em equipamentos públicos da cidade, mas já começo o nosso debate falando que

tivemos muita dificuldade, mesmo eu sendo vereadora, de acessar os equipamentos públicos da cidade. Tentamos o Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, a Casa do Hip Hop, que também é um equipamento público de Cidade Tiradentes, e não conseguimos em tempo hábil espaço adequado para fazer a audiência. Por isso já começo o debate falando que esse não é um problema de exclusividade da Vereadora Elaine. Quem acompanha movimento de cultura sabe que sempre temos uma dificuldade muito grande, sobretudo para quem é do território, para o artista que é do território de utilizar esses espaços e esses equipamentos com qualidade. Por isso quis começar a audiência trazendo esse ponto.

Vamos levantar alguns pontos, mas primeiro quero explicar como funciona a Subcomissão de Cultura na Cidade e a importância de fazermos essa circulação. A Subcomissão de Cultura é uma reunião que fazemos na Câmara Municipal de São Paulo e ela é fruto da mobilização de artistas, técnicos e agentes de cultura. A Subcomissão está associada e é uma subcomissão da Comissão de Finanças. E por que ela está na Comissão de Finanças? Porque os movimentos culturais entenderam que, para vários problemas da cultura, a resposta era sempre a mesma: não há orçamento. Não tem orçamento, não tem orçamento.

A partir daí, a militância da cultura começou a fazer uma incidência muito forte no Legislativo em relação ao orçamento da cidade para que o orçamento da cultura pudesse ser ampliado, para que principalmente o orçamento da cultura – que é muito baixo, não chega nem a 2% da cidade – seja executado. Há um problema muito sério: quando o orçamento vai, ele é congelado, portanto, não pode ser utilizado. Já fizemos muitas discussões, na própria comissão, demonstrando que, em muitos anos, mais de 50% do orçamento da cultura não é executado, porque ele é congelado. A partir dessa incidência muito forte, atuante e qualificada dos movimentos da Comissão de Finanças da Câmara, resolveram criar uma Subcomissão de Cultura para debater especificamente os projetos de lei, os equipamentos, os serviços e os programas relacionados à cultura, dentro do debate orçamentário da Câmara.

Isso faz com que estejamos sempre em discussão com a Secretaria de Cultura, com o próprio Legislativo e atuando muito fortemente, com a presença desses movimentos, no

orçamento da cidade.

Essa foi uma demanda que veio dos movimentos, para que pudéssemos fazer essas audiências nos territórios e nos melhores horários para que as pessoas, de fato, pudessem acompanhar. Começamos neste ano fazendo uma série. Não conseguimos começar no ano passado por causa da pandemia, pois havia uma dificuldade maior de reunir pessoas nos espaços, mas neste ano esperamos que isso continue acontecendo na Câmara, a partir de hoje.

E, nessa primeira rodada de audiências, escolhemos fazer cada uma num território da cidade. As reuniões ordinárias da Subcomissão de Cultura continuam acontecendo na Câmara, mas as audiências públicas serão levadas para cada um dos territórios da cidade, debatendo os temas que também apareceram como pontos importantes levados pelos movimentos, historicamente; não apenas nesse último ano, mas historicamente são os pontos que sempre aparecem para discussão.

Nesse primeiro ano, faremos oito audiências públicas externas na zona Sul, na zona Leste, na Oeste, Noroeste, Centro e Norte. Até o fim do ano realizaremos essas audiências, além das reuniões ordinárias da Subcomissão de Cultura.

Os temas foram debatidos internamente, a partir das demandas, discutidos com os movimentos que acompanham a Subcomissão de Cultura e, após essas audiências, encaminharemos, a partir das demandas que aparecerem nos territórios, essas questões para a Secretaria de Cultura, para a Supervisão de Cultura e para o próprio Legislativo, no que pudermos ajudar.

Acho importante falarmos também da centralidade das pautas a partir do território, porque estamos numa cidade imensa e embora, na periferia, tenhamos questões e problemas que são comuns a toda a cidade, cada território e região terá sua especificidade, que precisa aparecer nas discussões que fazemos no Legislativo.

A escolha da discussão pela Cidade Tiradentes tem a ver com a atuação que fazemos nesse território, mas porque esse é um território fundamental na discussão de cultura na cidade de São Paulo, historicamente. Não vem de hoje, não vem de cinco anos, mas de

muitos e muitos anos de luta. Hoje estaremos com a Ana Rita, que é uma figura superimportante e vai poder contar um pouco da história da Cidade Tiradentes e por que esse espaço é tão importante.

A ideia é trazer algumas provocações para o debate, algo que temos visto que aparece sempre, mas a ideia principal é ouvir as pessoas que estão acompanhando a audiência da Subcomissão de Cultura.

Só vou citar alguns pontos bem relevantes, que sempre aparecem nos debates, a partir da Subcomissão de Cultura e a partir do histórico dos movimentos, e depois passaremos a palavra, primeiro, a alguns convidados. Achamos importante abrir o debate sempre com fala de moradores, de pessoas que estão no território e que fazem a discussão de a cultura acontecer nesse espaço.

Um dos temas muito importante que aparece com frequência na Subcomissão de Cultura são as contratações. Da mesma forma que sempre vemos uma dificuldade dos movimentos em estarem nesses espaços, recebemos muitos questionamentos quando há contratações na Secretaria de Cultura, sobre a forma como a secretaria contrata, a burocracia, sobretudo nesse último período. Ouvimos, por exemplo, pessoas falarem que até no cartório os coletivos têm que se registrar para serem contratados pela Secretaria de Cultura – temos feito essa discussão – e principalmente também sobre as escolhas da Secretaria Municipal. Porque embora a fluência precisa necessariamente ser ampla e as pessoas precisam circular pela cidade, também é importante que o Poder Público preste atenção nos artistas que estão no território fazendo arte, muitas vezes, sem subsídio e que eles possam fazer parte dessas contratações que acontecem na Secretaria de Cultura. Esse é um ponto importante para se debater, como um território percebe essas contratações feitas pelo Poder Público.

Outro ponto importante são os próprios equipamentos de gestão direta, como eles funcionam, se seus espaços estão sendo utilizados com qualidade, se há acesso a todos os equipamentos, a toda a estrutura que há dentro desses equipamentos. Há alguns anos, tínhamos histórias como casas de cultura que não permitiam que os coletivos do território utilizassem a

tomada. Não basta apenas ter um equipamento, precisa fazer com que ele seja adequado para que as pessoas o utilizem.

Quero falar um pouco dos equipamentos de gestão indireta, por que os equipamentos são de gestão indireta. Podemos discutir porque um centro cultural, que é o Centro Cultural da Cidade Tiradentes, é gerido por uma fundação, a Fundação Paulistana. Por que ele não está na gestão direta da Secretaria Municipal de Cultura? Vi o Guilherme, que é uma figura importante. Ele foi um dos primeiros gestores do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes e acompanhou esse processo.

Já falamos um pouco sobre a programação, mas qual é a programação que chega, como tem sido o debate na formação de público, que é um tema muito importante, sobretudo na periferia. As perspectivas, além do próprio território, as problemáticas desses equipamentos e os pontos de infraestrutura. Trouxemos alguns dados, pouquíssimos dados, na verdade, mas são dados muito importantes para nós. Na zona Leste há uma estimativa de moradores em torno de 620 mil pessoas; dos equipamentos públicos de cultura, incluindo as bibliotecas, há 64 e 11 são bibliotecas. Há também pontos de leitura, bibliotecas, CEUs, casas de cultura, Casa Hip Hop Leste, Casa de Cultura de São Miguel, Casa de Cultura de São Rafael, Casa de Cultura de Guaianases, Casa de Cultura do Itaim Paulista, Casa de Cultura de Itaquera, Casa de Cultura de São Mateus. Centros Culturais, há o Centro Cultural da Penha, Centro Cultural de Vila Formosa, Teatro Flávio Império e Teatro Arthur Azevedo. Esses são os equipamentos diretos da Secretaria Municipal de Cultura.

Temos vários equipamentos no território Leste, alguns na Cidade Tiradentes. Vale dizer, no início do debate, que esses equipamentos são insuficientes. Se formos pensar que na Cidade Tiradentes, que é um bairro com estimativa de mais de 400 mil pessoas, e pensarmos em dois ou três equipamentos de cultura, já vemos que começamos com um número muito defasado de equipamento público de cultura nesse território e isso se espalha por toda a cidade. Sabemos que há regiões onde não há sequer um equipamento público de cultura da rede direta. E também quais as relações que esses equipamentos públicos, que são diretos da Secretaria,

do Executivo, do Estado, têm os equipamentos que não são da rede. Como se dá essa relação com esses equipamentos e como se dá a relação com outros equipamentos do território, como os da educação, que também poderiam ter uma participação.

Há uma gama enorme de temas que podemos tratar em relação aos equipamentos de cultura e a ideia é começarmos a levantar todo esse debate, as problemáticas, as questões, as críticas, as sugestões que as pessoas têm nesse território para conseguirmos avançar com o debate.

Estamos com problema de espaço, por isso vou convidar algumas pessoas para falar e vamos dar andamento ao debate com as inscrições. Não sei se alguém tem alguma pergunta, se ficou alguma dúvida no começo do debate. Se não, vamos seguir com as inscrições.

Como primeira convidada, não poderia ser diferente, quero convidar a Ana Rita, que é do Mocuti, Movimento Cultural da Cidade Tiradentes, uma das figuras mais importantes, fundamentais que está discutindo cultura há muitos e muitos anos aqui no território.

Obrigada, Ana Rita, pela presença. Bem-vinda.

**A SRA. ANA RITA** – Boa noite a todas e a todos. Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a oportunidade de estar aqui, pelo convite, à Ellen e ao pessoal do Quilombo. Eu acho muito importante nós estarmos, principalmente neste momento, porque nós ficamos um tanto afastados um do outro, e a nossa cultura, para começar, não é de ficar isolada, de falar por mídia. Nós somos pessoas de estar junto, de conversar um com o outro. Quando nos isolamos, nos incomoda muito.

Eu moro na Cidade Tiradentes desde 84 e já trazemos no berço esse histórico da questão da participação cultural, porque eu venho de São Mateus. O meu pai e a minha mãe já tinham esse trabalho lá em São Mateus. Meu pai foi fundador do CDM de São Mateus, já desenvolvíamos essas atividades lá, fazíamos teatro com crianças. E sempre tivemos essa coisa de nos envolver com a comunidade, de estar junto, de entender as necessidades, o perfil da população.

E na Cidade Tiradentes não foi diferente. Quando eu vim para cá, a primeira coisa



que identificamos foi a característica da população local. Vimos que a maioria da população era de negros e afrodescendentes. Procuramos fazer esse recorte. A maioria são mulheres, chefes de família, muito jovens e, na ocasião, não tínhamos equipamentos nenhum. O nosso CEU foi o Oswaldo Aranha, porque era a única escola maior que havia, na época, mas a utilizámos para atividades. Havia os Jovens Força Ativa. Eles eram pequenininhos e agora estão tudo... Olha a Bia. Eram todos crianças, estávamos ali juntos, formando esse movimento com o pessoal do hip hop, Força Ativa, Aliança Negra, o samba. Meus filhos são envolvidos com samba, eram todos de grupos de samba, tocavam em grupo de pagode. E também tinha escola de samba, que a gente era muito próximo.

E com parceria com Ogban, que era uma associação afro de Itaquera, nós desenvolvemos algumas ações aqui no território, que eu chamava eles, pelo amor de Deus, vamos fazer alguma coisa aqui, porque aqui nós temos a população que precisa desse trabalho, autoestima lá embaixo, e a gente tinha que valorizar mais essa comunidade.

Nós tínhamos equipamentos, mas nós tínhamos muita garra. A gente ia para a rua, fazia teatro na rua, a gente fazia teatro no André Vital, a gente fazia samba no André Vital, fazia na rua também. Então a nossa situação não era pela falta de equipamento, porque estava dentro das pessoas essa força e essa vontade de fazer. Fomos conquistando alguns equipamentos por conta dessa luta nossa, que a gente não desistia de fazer alguma coisa.

Fundamos o Mocuti defendendo em primeiro lugar a casa de cultura, que se tornou depois casa de cultura, que é a Casa da Fazenda na ocasião. A gente tinha várias brigas, que queriam que fizesse outra coisa lá, “essa casa é velha”. Não, aqui é um patrimônio que nós temos que defender e colocar como casa de cultura. Ali a gente somou forças, nós conseguimos conquistar aquela casa.

Dali para frente nós fomos conquistando outros espaços, outros equipamentos, até que por último, por fim, um dos últimos foi o Centro de Formação Cultural, e a casa de cultura que se tornou Casa de Cultura de Cidade Tiradentes. O Centro de Formação Cultural, está o Guilherme aí, nosso parceiro que batalhou bastante, a gente tinha reuniões em tudo que era

lugar, era noite, era dia, não tinha horário para estar, que a gente estava ali lutando para defender aquele espaço.

O que acontece? Eu creio que o equipamento é um equipamento. Se a gente não estiver dentro dele, ele é só um elefante. Nós é que fazemos ele ter vida, nós que fazemos ele funcionar e acontecer. Conseguimos fazer algumas coisas lá, sim, mesmo nessa questão. Como tem um pouco mais de abertura principalmente pelo gestor, pelas pessoas que estão envolvidas, a gente está lá dentro. Quando isso se fecha, a gente acaba se isolando, e também não é legal porque a gente perde o espaço, e aí começam a acontecer coisas que a gente nem sabe que estão acontecendo, que não têm a ver muito com a gente. Nós que estamos aqui é que temos que saber o que está acontecendo lá dentro.

Nós já fizemos muitas coisas interessantes lá dentro. Teve a Flict, teve várias atividades, cinema, os encontros com a comunidade negra, nós tivemos várias coisas que rolaram lá dentro. Mas se a gente estiver afastada e o gestor estiver lá fechado dentro daquela caixinha, não vai acontecer nada que nos interesse, então a gente vai valorizar menos.

Então eu creio que nós precisamos que todos os gestores tenham um olhar no entorno, porque não adianta o CEU estar aqui na Metalúrgicos e não ver que tem um Parque da Ciência em frente a ele, que ele poderia utilizar. O Parque da Ciência também foi uma luta nossa também para conquistar. E é um parque que também poderia ser utilizado para estudar ciência natural lá dentro; não foi criado só para poder fazer caminhada, é para estudar. Os professores de Biologia das escolas do entorno tinham que estar lá dentro, tinham que estar trabalhando junto com os alunos, conhecendo melhor a fauna e a flora que tem ali.

Temos o Parque da Consciência Negra. Por que nós temos o Parque da Consciência Negra? Porque ele tem uma semelhança com a Serra da Barriga. Eu estive lá na 13ª Conferência contra a Xenofobia lá na Serra da Barriga e, quando eu vi aquilo, eu falei: gente, não tem diferença, é semelhante, a Serra da Barriga. Então ali é um espaço que era para ter muito mais coisas relacionadas com a nossa cultura, mas infelizmente acaba se tornando apenas mais um parque. São dois parques temáticos, que em São Paulo não é comum ter.

A riqueza de Cidade Tiradentes é muito grande, começa pelo caldo cultural que nós temos aqui, que a população daqui vem de diversos lugares, diversos conhecimentos, diversas manifestações culturais, mas que precisa ser mais valorizada e reconhecida. Infelizmente nós estamos perdendo espaço, porque a gente acaba recuando em função da... Parece que nós estamos meio que anestesiados, não é, Geraldo? Anestesiados, aquilo que a gente fazia antes, que a gente ia para a rua, a gente lutava, a gente saía, e nós precisamos sair dessa paralização e voltar novamente e dialogar com os equipamentos.

Mas o equipamento também tem que estar aberto para o diálogo com a gente, que é o que a Elaine falou: não adianta eu chegar lá, “ah, a agenda está completa”. Então nós temos que ter uma oportunidade de ter esse diálogo, de participar de um conselho gestor, de participar da proposta que vai para aquele equipamento, que é isso que a gente sempre batalhou para acontecer e nós não podemos perder.

Infelizmente, eu já estou na parte do conselho porque já estou uma senhora para dar conselho, mas eu creio que a juventude, nós temos ainda muitos jovens aqui, me preocupa muito porque eu sempre trabalhei com jovens, nós fizemos cursinho pré-vestibular aqui dentro do Mocuti e a gente formou muitos jovens. Nós temos médico que saiu aqui do nosso espaço, nós temos assistentes sociais, nós temos várias pessoas, a Taís que está junto com a gente no Movimento já há tantos anos também já é uma jovem que também agora está ensinando.

E nós precisamos dar continuidade a isso, hoje eu peço, tenho clamado para a juventude, me preocupo com a juventude porque estou vendo que os jovens estão ficando muito sem sonhos e isso me entristece. Hoje eu olho lá de cima do Mocuti para os jovens que ficam olhando carro lá embaixo e me entristece. Aqueles jovens não têm brilho nos olhos, eles não têm sonhos. Isso me entristece muito, porque a juventude que eu conheci anos atrás era outra. Que nem o pessoal do Força Ativa, do Aliança, a gente ia mesmo para cima. Nós fizemos duas conferências, dois eventos aqui na Cidade Tiradentes, grandes, sobre a questão racial, dentro de escola, que era o equipamento que a gente tinha para ocupar. Então hoje nós temos mais equipamentos, mas a gente precisa trazer mais público, principalmente os jovens, para dentro

desses equipamentos, valorizando um pouco mais.

Essa é a mensagem que eu queria passar. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Muito obrigada, Ana Rita.

A gente vê por que era importante ouvir a Ana Rita em primeiro lugar.

Quero chamar agora o Anderson Lucas, da Love C.T.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Então Marcelo, por favor, o Celso, da Love C.T.

**O SR. MARCELO MARTINS** – Boa noite a todos. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui com todos vocês reunidos aqui em Cidade Tiradentes. Em primeiro lugar eu quero falar da importância de a gente estar se encontrando aqui numa audiência pública da cidade de São Paulo, então a gente começar a pensar a Cidade a partir da periferia, o que é sempre muito importante para a gente. A gente está diante de todas as demandas sociais que têm uma cidade e acho que a periferia tinha que ser o primeiro lugar que deveria ser escutado para dar diretrizes.

A potência, acho que é só a gente olhar para o lado, a gente já consegue perceber aqui. A gente já consegue perceber a história de luta dessas mulheres que eu me identifico muito, que às vezes a gente chama algumas pessoas de tia, elas não compreendem, porque a gente também está ficando um pouco mais de idade, mas é pelo carinho, pelo respeito pela história de luta, então se assemelham muito com as nossas mães.

A gente que cresceu aqui em Cidade Tiradentes, eu nasci e cresci aqui, cresci no Prestes Maia, então desde quando o Prestes Maia pertencia a Guaianases e passou a pertencer a Cidade Tiradentes que eu habito esse território. Sempre meu pai trouxe a gente para brincar mais aqui para trás, então quando estava fazendo os prédios, começou a ficar pronto, a gente já estava circulando por aqui também. E aproveitando esses espaços de natureza, como foi mencionado aqui, que é uma das forças muito grande de Cidade Tiradentes.

Eu sou Presidente, hoje estou como Presidente da ONG Love C.T. Inclusão e

Resgate. A gente desenvolve um trabalho com *skate*, a partir do *skate*. A gente começou esse trabalho em 2011 através de política pública também, através do VAI, e logo o Movimento Cultural de Cidade Tiradentes nos abraçou e foi quem veio fazendo a nossa formação no decorrer de todos esses anos, e a gente é muito grato. Esse é o caminho que a gente se identificou.

Embora o *skate* hoje esteja nas Olimpíadas, a gente trabalha muito o estilo de vida do skatista periférico, que é o nosso lugar de fala dentro desse rolê do *skate* mundial. A gente já fez algumas passagens em alguns países através de editais de fomento à cultura da periferia, então para a gente é de extrema importância que essas políticas sejam discutidas no território e que mais e mais jovens possam acessar esses editais.

Eu entendo também, partindo do meu ponto de vista, que a gente sofre muito com essa formação, então é uma disputa, uma competição que chega a ser desleal porque nós, afastados nas periferias, não temos domínio da escrita por conta da defasagem que a gente tem de educação, então colocam a gente para disputar com companhias de dança, com coletivos de teatro de outras áreas, e essa disputa não é muito interessante para o desenvolvimento da cidade como um todo. Embora conseguimos alcançar esses espaços, a gente não tem orgulho de ter disputado algo que deveria ser de direito do jovem da periferia, essas oportunidades.

Dentro desse trabalho que a gente faz desde 2011, a gente percebeu que somente o *skate*, somente o estilo de vida de *skate* não caminhava sozinho. Com esse abraço do Movimento Cultural de Cidade Tiradentes a gente começou a anexar outras linguagens dentro do nosso projeto e essas linguagens também faziam parte do nosso rolê aqui em Cidade Tiradentes.

O nosso coletivo se reuniu em 2005 e a gente circulou todo o território de Cidade Tiradentes de 2005 até 2010, que foi quando a gente lançou – e está disponível no YouTube – o Love C.T. Revolução Periférica 2010. A gente queria marcar a nossa história de ser skatista aqui de Cidade Tiradentes, mas também ressignificar esse local que a gente tinha tanto orgulho e a gente sofria tantos preconceitos quando chegávamos nesses locais de disputa, nesses espaços

que são Centro da Cidade, esses espaços de poder, Vale do Anhangabaú, Parque do Ibirapuera, enfim, diversos outros também. Então a gente conseguiu retratar nesse filme toda a nossa história de *skate* aqui em Cidade Tiradentes.

Em 2015... A gente tem muitas passagens, mas eu vou resumir um pouco, porque acredito que tenha diversas histórias interessantes para a gente escutar também, e a gente quer também sair daqui um pouco mais preenchido. Em 2015 a gente transformou o nosso espaço, que era uma base da Guarda Civil Metropolitana que foi alvejada em 2006, através do Salve Geral, a gente ocupou esse espaço em 2013 e em 2015 a gente transformou na primeira galeria de arte oficial de Cidade Tiradentes. Isso é muito simbólico para a gente, porque a gente quis fazer essa conexão do *skate* com a arte e com a cultura, levando o estilo de vida como caminho principal para essas crianças.

E aí quando a gente fala de equipamentos de cultura, a gente está em frente ao CEU, a gente usou o *skate* muito para circular, para ir no Pombas Urbanas, para ir no Centro de Formação Cultural, então a gente tem o *skate* também como mobilidade urbana, que é uma discussão que a gente faz também. E quando a gente chega no Pombas Urbanas, a gente é acolhido, são oferecidas para nós formações. Inclusive o Barcelos, o Alex, um dos primeiros cursos que a gente fez de formação cultural foi com o Alex e com o Tiago no Pombas Urbanas, acredito que em 2011, ainda. E hoje a gente está junto na luta. Que parada louca.

Foi um acolhimento muito grande, um afeto enorme que a gente encontrou nesses lugares. E quando a gente circula outros lugares que são espaços da Secretaria de Cultura, esse acolhimento é mais frio, é um acolhimento que é um atendimento ao público que é carente de cultura - a visão que eu acho que eles têm do povo da periferia.

Então quando a gente chega nesses lugares, essa potência chega nesses lugares, ela tem que se enquadrar no método que foi criado ali, que é engessado, que eles mesmos falam que é engessado, mas que não pode sair de determinados caminhos, e esses caminhos são inacessíveis para o jovem de periferia.

Então a gente percebe muito essa diferença de locais como esses, que a gente não

teve, o nosso caminho não nos trouxe até aqui antes. Mas quando a gente vem aqui também a gente se sente muito acolhido e fica até tranquilo para ir ali tomar um café. E parece mesmo, a gente sente a energia, a vibração que a gente está em casa.

Isso é muito importante, diferente desses outros lugares que são ocupados por pessoas que muitas vezes não são do território e que têm essa consciência de atendimento de população em vulnerabilidade. Que eu acho que é um extremo tiro no pé, é um caminho muito... uma burocracia que é falta até de conhecimento do que é cultura, do que é cultivo, do que é raiz e de onde vem essa raiz.

Percebo também que nessas programações desses lugares há um apelo muito grande para o público. Só que a gente sabe, como foi mencionado aqui, qual o caminho que a nossa juventude está tomando por ter se transformado em apenas números. Então uma ação que leva 50 pessoas como essa muitas vezes não tem um olhar financeiro muito de retorno, então o dinheiro que seria investido aqui seria pouco. E já uma ação que tenha um monte de gente que está em outro rolê recebe até mais dinheiro, o artista ganha mais dinheiro e sai dali feliz, e a programação da Secretaria de Cultura ganha uma relevância por causa desse número, dessa quantidade de pessoas.

Então esse caminho é um caminho muito triste que a gente, depois que acabam todos esses rolês que são financiados pelo governo, quem acaba cuidando desses jovens somos nós, aqui no território, porque o impacto é muito profundo na vida desses jovens, dessa programação que às vezes não é pensada com passos futuros, que são coisas que são feitas, imediatistas e acabam invisibilizando todo um trabalho que tem dentro do território.

Então o Coletivo Love C.T. já está há onze anos aqui em Cidade Tiradentes, de ação, e a gente se sente excluído inclusive do CEU que está em frente ao nosso território, que é o CEU Inácio Monteiro. E as pessoas do território, quando veem a nossa movimentação que é muito forte ali na frente do nosso espaço, imaginam que essa programação pertence ao CEU. Todas as pessoas do Prestes Maia que você perguntar imaginam que nós, do Coletivo Love C.T., trabalhamos no CEU Inácio Monteiro.

E isso eu acho que é de uma extrema violência, agir com tamanha passividade para com o resultado que a gente gera no nosso território. Então eu vejo que essa burocracia é uma burocracia excludente que justamente nega o acesso à informação, nega caminhos e vem colhendo esses frutos que é a violência que a gente tem no nosso território, a expectativa de vida muito baixa dentro do território, enquanto o movimento social acaba abraçando essa causa e se sentindo no dever de fazer muito mais. Embora a gente já trabalhe bastante, a gente ainda se coloca nesse lugar que a gente tem que correr, que tem que caminhar; mas não é a gente.

A gente precisa de apoio, a gente precisa do apoio do Estado, a gente precisa dos comerciantes do entorno, a gente precisa das grandes empresas, a gente precisa fazer formações políticas dentro do território, assim como essas, e a gente precisa repetir e repetir e repetir cada vez mais.

É isso. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Celso.

A próxima convidada é a Bia Sankofa, do Força Ativa.

**A SRA. BIA SANKOFA** - Eu vou falar em pé porque sou uma pessoa inquieta, não vou sentar. Vou tentar falar calma também, começar calma, pode ser que depois eu fale mais rápido.

Boa noite a todas, a todos e a todes. Eu me chamo Bia, sou mais conhecida como Bia Sankofa, faço parte de um coletivo que chama Força Ativa. É uma coletiva de mulheres negras na Cidade Tiradentes, que é o Oyasis - Mulheres Búfalo. Também faço parte do Fórum Municipal do Hip Hop, da cidade de São Paulo, e dos movimentos culturais da Cidade, inclusive, com o Movimento da Cultura da Cidade Tiradentes, que é um movimento bastante orgânico.

Eu acho que a Ana Rita contemplou bastante a minha fala, porque é sempre bom trazer o histórico do bairro e das nossas lutas, a importância que tem a cultura na nossa vida, caminhada e identidade.

Eu vim para esta audiência, na verdade, de forma bem firme e objetiva. Nós temos passado, desde o começo de 2017, quando o Doria, do PSDB, assumiu a Gestão da cidade de



São Paulo. Sempre foi tudo muito ruim para nós que moramos na periferia, porque se trata do povo pobre e preto, mas piorou quando o PSDB assumiu a Cidade. De lá para cá, do pouco que conquistamos em termos de política pública de cultura, só desceu ladeira abaixo.

Os poucos equipamentos de cultura que têm no bairro estão extremamente sucateados, sendo executados de forma inadequada. Nós sabemos que funcionam dois, sendo que um existe, que é a casa de cultura que é a Casa da Fazenda, um patrimônio histórico e cultural da Cidade Tiradentes, está funcionando a Casa do Hip Hop, nós sabemos que é de forma inadequada.

Tenho muitas coisas para falar, mas vou focar no *hip hop* e no Centro de Formação Cultural, que é uma das lutas que gente tem feito muito, constantemente, durante esses quatro anos, que vimos lutando, ficando muito difícil para nós.

A Casa do Hip Hop, que é chamada Casa de Cultura Hip Hop Malcom X, inspirada na Casa de Cultura do Hip Hop de Diadema, que era para ser naquele espaço que é o Centro Cultural da Juventude, que hoje quem assumiu foi a assistência social, onde funciona o Cedesp, hoje. Mas, é com recurso e verba da cultura. Nós denunciemos isso nesta Gestão e em outras gestões também que foram passando. São gestões que acham sempre que vão trazer a cultura para nós, mas nós produzimos a cultura. Nós fazemos a cultura no bairro que moramos, onde nós formos nós fazemos a cultura periférica que é tão importante quanto uma cultura clássica ou a popular, que é a cultura para a periferia feita por trabalhadores, pelos jovens, pela população negra, indígena, LGBT, enfim.

Existe uma série de problemas na política pública de cultura na Cidade Tiradentes que nunca foram investigadas. A gente já denunciou por diversas vezes. O Centro de Formação, por exemplo, só esfaqueou uma parte das denúncias que nós fizemos na Câmara Municipal de São Paulo, para diversos Vereadores da Cidade, mas nunca tivemos resposta do que está acontecendo com o orçamento e com a forma de como a Secretaria de Cultura se omite diante desses espaços e na implementação dessa política pública.

Eu venho nesta audiência mais uma vez, com três requerimentos, solicitando uma

resposta para a população, para os movimentos de cultura, para as coletividades sobre o que está acontecendo com os equipamentos, da forma como eles são administrados, como são gerenciados, o que acontece com os recursos públicos e da forma como são feitas as contratações.

Mesmo o *hip hop*, por exemplo, a gente está vendo que ele deveria ter sido executado no mês de março, mas está sendo executado o ano inteiro com uma verba que nós lutamos, enquanto movimento, para acontecer para a cidade toda e, principalmente, para quem está fazendo todos os dias.

A gente viu vários artistas fora, que foram fazendo as coisas acontecerem, porque os equipamentos públicos, apesar de estarem acontecendo várias atividades e programações, os artistas e as pessoas não se sentem pertencentes a esse espaço, porque ele não dialoga com a cultura que nós fazemos aqui na nossa quebrada.

Você pode conversar com qualquer jovem, ou com as mulheres que também frequentamos e fazemos cultura. Nós mulheres, as crianças, o que tem para as crianças da nossa comunidade e em termos de lazer, cultura, esporte, fora o que as coletividades já fazem? Aqui já apareceu o LOB CT e tantos outros porque nós fazemos a cultura acontecer independentemente de ser valorizado ou não financeiramente.

Só que a gente sabe que é um desrespeito, uma violação dos nossos direitos saber que não podemos acessar a política de cultura, porque a política de cultura é uma política de direito, por isso nós também temos que acessar essa política.

Mais uma vez eu venho numa audiência, ou em qualquer espaço onde estão os representantes do Poder Público, para denunciar o que está acontecendo na Cidade Tiradentes, em termos de cultura.

Acho que é importante o representante da cultura do bairro também falar sobre a questão, de como está essa discussão. A gente sabe que a Cidade Tiradentes tem o menor orçamento, em termos de Prefeitura e de subprefeitura.

Então assim, aqui até 54 anos ainda tem uma expectativa de vida. Daqui a pouco eu

já estou com o pé na cova. Se a gente já tem essa perspectiva e o tanto que a gente já faz, a gente está beirando o abismo, então a gente não acessa nada, a gente não acessa a política, a gente não acessa diversas coisas.

Aqui na Cidade Tiradentes é essa precariedade e o desmonte do pouco que a gente já tinha conquistado e que só desceu ladeira abaixo todos os dias, a violência do estado.

Até os artistas que fazem arte e cultura na rua também são criminalizados pelo estado do bairro, porque há várias formas de entender a cultura, acho que isso é importante, a galera que está fazendo uma série de coisas no bairro. Fazem porque é a cultura e a arte são expressão do ser humano. A gente faz de um jeito ou de outro.

Deixo aqui, não sei quem vai protocolar o documento, vim mais para reforçar essas denúncias que vamos fazer. Já tínhamos denunciado várias vezes a vários Vereadores, posso citar vários: o Suplicy, a Soninha quando acompanhava a Comissão de Cultura, enfim, várias pessoas que estavam, na época, e que a gente até hoje ficou no vácuo. Também a Juliana Cardoso e tantos outros que sabem dos problemas, mas é isso, a gente sempre fica no vácuo, não tem uma resposta e nem mudança. É bem complicado.

O Centro de Formação, a única biblioteca temática em direitos humanos na Cidade, está fora do sistema municipal de bibliotecas. A gente não sabe o que a Fundação Paulistana está fazendo e como é que a cultura tem se omitido diante disso, com a sua política do pão e circo, porque para fazer *show* eles gastam cachês superiores, mas naquela hora em que se está fazendo as coisas no bairro também precisam ser valorizados e respeitados. Eles são tão e fazem tanto, com a mesma qualidade que esses artistas. Respeito todos os artistas, mas nós também temos o nosso território e precisamos que esses artistas e pessoas que estão fazendo acontecer a formação cultural no nosso bairro, que fazemos com a cara e com a coragem.

É importante deixar esse registro e reforçar o que em acontecendo lá. Depois a galera vai complementando.

Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Bia. Se você

quiser a gente encaminha os requerimentos para a Secretaria. A gente pode encaminhar pela Subcomissão.

A próxima convidada é a Ellen Rio Branco, do Coletivo Filhas da Dita.

**A SRA. ELLEN RIO BRANCO** – Boa noite a todas, todes e todos, sou a Ellen, moradora do território Cidade Tiradentes. Sou atriz, faço parte do Grupo Filhas da Dita que neste ano completa 15 anos de existência.

Acho que foram trazidas coisas importantes para a gente conhecer o panorama desse território e das construções. Foi importante ter ouvido primeiramente a Ana Rita, porque nós também somos frutos dessa caminhada e dessa trajetória. A gente também se entende como continuidade. É extremamente importante que eu possa continuar caminhando hoje contigo.

A Ana Rita e D. Geralda Marfisa são duas mulheres pretas, figuras fundamentais para esse território, assim como todas as mulheres que estão aqui representadas por elas. Também creio ser importante a gente se entender hoje olhando para trás.

A Bia também trouxe uma pauta que para nós é muito cara, que já sugou muito das nossas energias e forças. Inclusive, honrando a trajetória de tantas outras que fundaram o espaço Centro de Formação Cultural. Creio que a pauta é fundamental, porque a gente não consegue avançar em nenhuma outra coisa sem conseguir, de fato, falar do que se tem hoje no Centro de Formação.

Já falamos que não foi um espaço dado, foi conquistado com muita luta, por vários movimentos de cultura do território, como o movimento negro.

Creio que hoje sinto também que a Secretaria de Cultura precisa também se comprometer com esse território, ou seja, com o Centro de Formação.

Como bem disse a Bia, nós já entregamos requerimento, já fizemos muitas coisas, infelizmente, nós vivemos a cada dia mais o sucateamento desse espaço, desse lugar que hoje não condiz mais com esse território. É preciso hoje, inclusive, dialogar com uma fundação, existe lá uma gestão que não dialoga com o território. Qualquer coisa que você leva para colocar lá precisa passar por quase quatro ou cinco órgãos para conseguir fazer uma ação, uma atividade

pontual.

Se formos pensar no que já foi o Centro de Formação, lembramos que ele é um espaço de possibilidade de muitos artistas. Era um espaço onde a gente conseguia minimamente também se apropriar e refletia muito o que era o território.

Essa pauta do Centro de Formação é extremamente importante para conhecimento da representação da Secretaria de Cultura que está presente, porque já a chamamos muitas vezes e ela não veio. Estamos pontuando hoje de que é preciso que a Secretaria se comprometa com o movimento de cultura desse território que, como muita gente aqui já falou, é uma potência que existe. Estamos fazendo mesmo sem grana, mas é direito nosso fazer com grana também.

Nós também precisamos ter acesso ao recurso público que precisa estar instaurado no Centro de Formação para que possamos usufruir das programações, dentro das formações, é o único centro de formação cultural da cidade de São Paulo, mas hoje a gente não tem uma formação voltada à cultura. Se pegarmos o projeto do Centro de Formação, veremos o que está sendo executado hoje é totalmente o contrário, porque era para formar técnicos em cenografia, em dramaturgia, em iluminação, mas não é isso o que acontece. Hoje, nós temos lá cursos de segurança, de panificação – não digo que isso não é importante, não estou diminuindo -, mas a função daquele espaço não é formar seguranças e sim formar profissionais da cultura.

Nós sabemos que a cultura movimenta toda uma economia. Assim como a Ana Rita bem falou, é preciso olhar nos olhos e não ter sonho. Esse espaço do Centro de Formação tem essa função.

Muitas pessoas, assim como eu, são frutos daquele espaço, dos cursos e das atividades. Sou fruto de políticas públicas também. O meu grupo se fundamenta em editais públicos, por isso sabemos a importância de fazermos uma ação no nosso território com uma grana, seja para fazermos uma mesa de café, conseguir pagar as pessoas que vêm para se apresentar. Porque a gente faz de graça, esse é o nosso trabalho, nós precisamos ser remunerados por ele.

É importante que a Secretaria de Cultura também apresentar, porque não vale mais

falar que não tem grana. Não vale mais. Tem de ter outros argumentos. Eu acho que é preciso se comprometer com esse território e com essas pessoas porque foram elas que reivindicaram aquele espaço. É fundamental que haja compromisso com esse espaço que está a 35 quilômetros do Centro de São Paulo, ou seja, um compromisso com a periferia. É importante saber, de fato, do que se trata aquele lugar e quem o gere, como se consegue adentrar ali, porque a gente já adentrou.

Quais são os planos da Secretaria de Cultura para aquele lugar? Existe ou é só a Fundação e a Secretaria do Trabalho? Se for, inclusive, tem de mudar o nome. Então acho que é um pouco isso.

Muito obrigada pela oportunidade. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Ellen.

A última convidada é a Simone Rego.

**A SRA. SIMONE REGO** – Primeiro quero desejar boa noite a todas, todos e todes presentes. Para quem não me conhece, eu sou professora Simone Rego aqui da região, há alguns anos. Tive a oportunidade de trabalhar, durante algum tempo, como coordenadora de cultura, de 2015 a 2016, quando pude acompanhar de perto as lutas dos coletivos de cultura da Cidade Tiradentes para que a Cidade fosse mais favorecida, mais valorizada e tivesse mais visibilidade.

Porém, o que a gente tem visto de uns tempos para cá é o desmonte total. No Centro de Formação Cultural, como já foi falado, que era um espaço de formação cultural e hoje não visa mais a formação de jovens para a área da cultura.

Hoje, nós temos um trabalho, na Cidade Tiradentes, a Academia Carolina, um projeto que é independente. Não temos convênio, nem parcerias com a Prefeitura, nem nada. Esse projeto surgiu durante a pandemia quando começamos com as redes de solidariedade. Eu fiquei na Favela da Souza Ramos, onde estou até hoje.

Temos lá um projeto sociocultural que atende a 150 famílias, mas temos o trabalho voltado para a cultura popular, temos uma biblioteca popular. A gente tem tentado fazer esse

diálogo no território, para inserir os adolescentes, os jovens e as mulheres desse local nos espaços de formação e de acesso à cultura. Temos visto como é difícil acessá-la, por várias formas. Primeiramente, é pela exclusão que existe dentro do próprio bairro. Existe a dificuldade de acesso e não existe uma comunicação adequada da Secretaria de Cultura, dos movimentos culturais, com relação a tudo que existe – um mapeamento, eu diria, dos espaços de cultura e de como acessá-los.

Muitas vezes, percebemos que, quando queremos fazer algo como levar os adolescentes ou tentar esse acesso para eles, temos esse acesso negado, como eu já tive, porque a programação não nos chega, porque a comunicação é truncada, porque nós não temos, também, direito a esse espaço. Esse espaço, muitas vezes, para nós também é negado, dentro da Cidade Tiradentes. Eu falo isso com propriedade, porque tenho insistido, muitas vezes, para que tenhamos atividades culturais.

Hoje, estamos recebendo o pessoal do coletivo Kinoforum, lá, na Academia Carolinas, com um curso de cinema, porque eles tentaram outros espaços, inclusive o Centro de Formação Cultural, e não conseguiram. Estão utilizando nosso espaço, dentro da comunidade, da Favela Souza Ramos. É óbvio que a nossa estrutura é bem pequena. Não condiz com o que o Centro de Formação poderia oferecer, mas estamos lá, abrindo esse espaço, também.

Outra coisa que eu vejo dentro dessa questão ligada à cultura na Cidade Tiradentes é que não existe uma ponte entre a educação e a cultura. A própria Bia está fazendo parte, hoje, como formadora, no Instituto Pombas Urbanas, do Arte em Construção, em uma parceria da Unicef com o Pombas Urbanas e a Prefeitura de São Paulo. Quando vamos buscar esses jovens, quando vamos conversar com eles, estamos percebendo a dificuldade que estamos encontrando, as barreiras que estamos encontrando. Também já vem de antes esse desmonte, mas, depois da pandemia, parece que esses jovens que antes acessavam esses espaços de cultura se pulverizaram. Não encontramos esse jovem. Ou ele está evadido da escola, ou ele está trabalhando.

Quando tentamos conversar com esses jovens, para que venham para o projeto,

para que venham fazer essa formação cultural, não os estamos encontrando. Esses jovens estão desligados, sem acesso a esses espaços. Como os encontramos? Como é que conseguimos fomentar esse desejo nesse jovem que está sendo incentivado, simplesmente, a fazer uma formação técnica, ao trabalho, a uma educação que também está passando por um processo completamente difícil, de desestruturação, de sucateamento do ensino público? Então, percebemos que a cultura não acessa os muros da escola, assim como os jovens também estão distantes desses processos e estamos criando só mão de obra para o trabalho, para o trabalho, para o trabalho. A cultura está cada vez mais distante da realidade desses jovens, desses adolescentes do nosso território.

Isso é muito difícil. Durante esses anos, quantos jovens foram formados na Cidade Tiradentes? Quantos artistas? Quantas pessoas se formaram como técnicos de iluminação e de som? Há artistas que foram formados, ali, no Instituto Pombas Urbanas. Há a própria Casa de Cultura Hip Hop Leste e a Biblioteca Solano Trindade, mas percebemos que esses espaços estão se esvaziando, porque eu acho que não existe fomento. Não existe uma aproximação entre cultura, educação e acesso a essa juventude.

Então, minha fala é essa. Eu acho que, como educadora, eu me sinto muito feliz por estar aqui, nesta audiência, vendo pessoas que construíram este bairro, como a Ana, o Júnior, a Bia e tantos outros que estão aqui. Eu venho mais como alguém que tem tentado contribuir como educadora, mas também como alguém que coloca a mão na massa, nesse sentido, e que percebe a ausência das políticas públicas, de diálogo e de investimento para abrir mais espaços.

Não temos muito espaço para os jovens. Hoje, para os adolescentes saírem da Favela de Souza Ramos, para irem ao Instituto Arte em Construção, eles andam alguns quilômetros, que não são poucos, porque eles não têm grana para ir. Então, quando eu estou lá, eu os levo de carro, mas eles voltam a pé e é longe.

Então, poderíamos ter espaços menores, mais concentrados nos bairros, porque nós temos muitos bairros, muitas ocupações. Eu tenho visitado muitas ocupações e eu vejo a necessidade de equipamentos simples, menores, mas que atendam a necessidade local, da mãe



que trabalha, que tem cinco filhos, que não consegue apoiar todas essas crianças. O mais velho sempre é o que vai se sobrecarregar, porque é ele que tem de ajudar. Então, ele não consegue ir lá, ao instituto. Ele não consegue ir à Casa de Hip Hop. Ele não consegue ir ao CEU Água Azul ou ao CEU Inácio Monteiro.

Acho que também se tem de pensar que podemos criar espaços menores, com bibliotecas populares, como nós temos ali, na Academia Carolinas. Vemos a movimentação acontecer – as aulas de capoeira, as atividades culturais – dentro do bairro e eles se sentem muito mais pertencentes àquele espaço. Cuidam do espaço. Percebo a evolução desses jovens, desses adolescentes, desde quando temos feito esse trabalho.

Então, acho que não adianta pensarmos em equipamentos grandiosos, com investimento altíssimo, se podemos pegar esses espaços, diluí-los e colocá-los em lugares em que o acesso possa ser melhor, porque ir de ônibus da Vaquejada, por exemplo, para o Instituto Pombas Urbanas é difícil. Da Vila Yolanda II, é difícil. De quem mora, lá, na 65, talvez seja mais próximo, mas os bairros mais distantes não acessam e às vezes parece que dizemos: “Ah, mas, o adolescente não vai lá porque ele não quer. Ele não acessa porque ele não quer. O Centro de Formação está ali. A Casa de Cultura está ali.” Entretanto, precisamos compreender a realidade desses jovens e desses adolescentes. Eles vêm de famílias de extrema vulnerabilidade.

Estou fazendo esse mapeamento e eu tenho me emocionado, muitas vezes, ao entrar nos barracos, nas casas, quando eu tenho de pedir autorização para a mãe, para que o filho dela possa ir para a capoeira. Aí, ele não pode, porque ele tem de cuidar do bebê. Há, também, a questão da creche e a questão da distância. Então, acho que temos de pensar nisso. Não cabem mais espaços grandiosos, quando podemos melhorar a qualidade e o acesso, de outras maneiras.

Essa é a minha contribuição. Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Sra. Simone.

Quero anunciar a presença da Vereadora Juliana Cardoso, que está conosco, na audiência pública.

Vou pedir para o Mário passar para mim as inscrições, se puder. Se a Vereadora Juliana Cardoso quiser dar um salve, enquanto isso, nós nos organizamos, vemos quantas pessoas estão inscritas e quanto tempo temos para continuar conversando.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Obrigada. Salve, salve, à quebrada. Estou muito feliz por ter a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico pensado neste espaço, que é de muita luta, mas de muita construção de política pública, de muita construção do direito. Então, acho que não haveria melhor local para se pensar em uma audiência pública.

Estou muito feliz de estar com a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico. Tenho falado bastante sobre isto: o quanto faz diferença quando temos na Câmara Municipal mandatos que são feministas, que são de luta, e o quanto isso tem uma diferença que vemos aqui, onde já tivemos a Comissão de Cultura, conversando. Já passamos por alguns momentos com a Comissão de Finanças, para pensar um pouco sobre a relação de orçamento para a cidade, em geral e em especial, dentro das regiões.

Infelizmente, temos um Governo que faz esse caminho e muitas vezes as Comissões em que estamos não dão essa possibilidade. Por exemplo, na Comissão de Saúde, eu falo: “Quero fazer uma audiência pública no território.” Não passa, porque eu só tenho o Vereador Fabio Riva, que é líder de Governo, membro da minha Comissão. Ou, na Comissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, é a Vereadora Rute Costa, que me parece que vai, agora, começar a pensar em algumas audiências públicas para fora, mas vamos esperar passar o recesso, que chegou agora.

Acho que também vem em um momento muito importante, um momento em que a relação da cultura na cidade tem sido cada vez mais pensada em grandes *shows*, em grandes eventos, e cada vez mais distante do que é a realidade da cultura na cidade de São Paulo.

Eu venho de Sapopemba. Então, tudo que era relacionado à cultura, a esporte, a lazer, a direitos humanos, sempre atraía muito jovem. Vinha a cultura do bairro. Na época, também, era o *hip-hop*. Então, era um caminho com que dialogávamos muito, lá, em Sapopemba. Era o Cedeca em Festa de *hip hop* e era um espaço muitas vezes construído pela própria

comunidade. Muito pouco tinha de política pública ou de recurso financeiro, ao contrário deste momento que estamos vivendo, hoje.

Temos mostrado muito sobre isso. A Vereadora Elaine do Quilombo Periférico também faz parte da Comissão de Finanças e temos demonstrado em números o quanto essa Prefeitura tem recurso em caixa e o quanto não consegue enxergar que os melhores investimentos a serem feitos são em locais e Secretarias que dialogam diretamente com o povo.

Então, temos de pensar que a Secretaria de Cultura, em que pese dialogar muito durante os eventos, de certa forma também tem dificuldade de colocar ali um orçamento específico – às vezes, participo disso – e, quando chega lá, ao Governo, esse recurso é retirado. Aí, isso não volta para onde? Para onde o povo precisa. É por isso que as políticas pensadas nessa privatização, por exemplo, das Casas de Cultura, não são uma coisa que estamos querendo, porque as Casas de Cultura sempre foram uma luta muito grande do movimento de cultura de toda a cidade de São Paulo.

Aliás, eu falo que são quatro setores os que mais debatem a cidade de São Paulo: saúde, educação, cultura e assistência social. Não há uma audiência pública ou um projeto de lei que não tenha sido construído por esses movimentos de cidade e, principalmente, de bairros. Eu costumo dizer que a cultura, por exemplo, para quem acompanha a cidade, dá *show* e muitos Vereadores que chegaram não conseguem nem distinguir o que é o Orçamento da cidade de São Paulo. Legislações importantes, que foram pensadas em todo esse percurso pela cultura, foram pensadas pelo movimento. É sempre uma política pública de estado forte. Não é uma política de privatização.

Então, eu estou muito feliz de estar aqui. Eu peço desculpas por ter chegado bem atrasada, mas eu tinha outro compromisso, também. Fiz questão de estar aqui, mesmo não sendo membro dessa Comissão. Contudo, somos da luta e estamos juntos. Muito, muito obrigada, por V.Exa. estar aqui, dialogando com a cultura que é da quebrada, porque é essa que faz a diferença. Foi essa que fez a diferença na minha vida. É na construção dessa que eu acredito muito, para podermos ter um mundo melhor, por meio da cultura popular, principalmente

para a juventude.

Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Vereadora Juliana Cardoso. V.Exa. também me lembrou de agradecer ao Vereador Jair Tatto, que é o Presidente da Comissão, porque é isto: sabemos que temos dificuldade no próprio Legislativo e S.Exa. é sempre parceiro, autorizando que façamos essa circulação, sobretudo atendendo aos movimentos, com os requerimentos e audiências públicas na Comissão. Então, preciso, também, agradecer ao Presidente da Comissão de Cultura e aos parceiros que estão na Subcomissão de Cultura, conosco.

Temos quatro inscritos, por enquanto. Eu vou, primeiramente, ler uma pergunta que veio no *chat* e responder. Vou chamar os inscritos e eu ia propor que quem mais quiser se inscrever vá se inscrevendo durante estas primeiras falas, para já irmos encerrando e para termos tempo de ouvir as representantes da Secretaria de Cultura e da Supervisão, que talvez possam trazer alguma resposta ou dar algumas indicações para nós.

Então, a Sra. Sueli perguntou se haverá audiência pública na zona Sul. Falamos, no começo, que vamos ter oito audiências neste primeiro momento, neste ano, e vamos ter, sim, na zona Sul, em agosto, no Jardim São Luís. Quanto ao lugar específico, é isto: ainda estamos nessa demanda de conseguir os espaços que recebam a audiência pública, mas publicamos com antecedência e, para quem tiver interesse, depois, eu vou pedir para o Mário falar de novo o *e-mail* da Subcomissão. Qualquer pessoa que queira receber as notificações da Subcomissão de Cultura, tanto quanto às reuniões regulares, ordinárias, como às audiências públicas, aos documentos que eventualmente recebemos da Secretaria e às respostas de requerimento, pode fazer a solicitação pelo *e-mail* da Subcomissão. Sempre que recebemos, enviamos, também, a resposta para todo mundo. Então, Mário, eu nunca me lembro. Se puder...

**O SR. MÁRIO** – É [financas@saopaulo.sp.leg.br](mailto:financas@saopaulo.sp.leg.br).

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Falaremos depois e podemos deixar, também, nas redes, o *e-mail* colocado lá. Quem quiser pode nos perguntar,

também, nas redes sociais. Aí, é só enviar um *e-mail*, dar um toque e falar: “Quero receber as notificações da Subcomissão de Cultura.” Enviamos e o mandato também tem o WhatsApp. Quem quiser receber as notificações pode passar o contato para o mandato, pois também passamos, por meio do WhatsApp, para quem quiser. Aí, vamos colocando lá os dias e os espaços que conseguirmos, da Secretaria, para fazer as audiências públicas – e, quando não conseguimos, fazemos assim, nos espaços parceiros.

Quero, inclusive, agradecer ao Sr. Júnior, que nos recebe hoje neste espaço, no Santo Cristo, para fazer a audiência. Só lembro, também, Sr. Júnior, que o movimento cultural das periferias começa com o Fórum de Cultura da Zona Leste. Quando ele começa, ele pede para fazer a reunião na Casa de Cultura de Guaianases, que ainda era na Cosme Deodato Tadeu, naquela época. Eles cedem uma sala para o movimento fazer a reunião. Quando chegamos lá, para fazer a reunião, a casa estava fechada. Então, embora a casa tenha cedido o espaço para nós, naquele momento, fechou a casa e não conseguimos fazer a reunião na casa. Contudo, foi bom, porque fizemos na Casa do Norte do Seu Manoel a reunião e, aí, foi um movimento que foi crescendo. Foi muito importante e conseguiu aprovar uma lei na cidade de São Paulo, que é a Lei de Fomento à Cultura da Periferia. Algumas pessoas já falaram, aqui, que essa é uma movimentação de luta constante, de insistência e de construção tão potente, que sai das periferias e constrói política pública.

Então, vou convidar o primeiro inscrito, que é o Sr. Hermes, do Cultural Brasil, se eu li direito.

**O SR. HERMES** – Boa noite. É uma satisfação estar aqui, na presença de todos. Só quero parabenizar e agradecer pela visita, por um debate tão importante. Acho que as falas foram perfeitas. Obrigado ao Anderson e à galera do Love CT. Eu me sinto 100% contemplado. Cumprimento os guardiões da nossa cultura, do nosso patrimônio. Até anotei alguns nomes aqui, mas todo mundo já falou: tanto a Bia Sankofa quanto a outra Bia, que falou das outras questões, e as Filhas da Dita, enfim.

Eu quero só fazer duas perguntas. Uma é sobre as ações e produções locais, por

exemplo, você citou o Parque da Consciência Negra do Estado, nós já tentamos fazer alguns eventos lá, já ocupamos o território algumas vezes com atividades esportivas, lá tem uma entrada que também tem um totem. Na época de um dos aniversários da Consciência Negra, pré-pandemia, a dois anos atrás, tentamos fazer uma comunicação interpretativa para favorecer a visita, a preservação, através da cultura negra e afro, usando a lei 10.639, mas foi muito difícil, a gente não conseguiu. Conversamos com a gestora, mas por essa burocracia muito bem falada aqui, nos atrapalha e não conseguimos ter isso. Então, lá, se você entrar, você não vê nada, a não ser agora, faz alguns meses que eu não visito, alguém pode me desmentir, mas sobre a cultura afro-brasileira, a referência do Parque da Consciência a gente não vê.

Essa ocupação local com a questão da sustentabilidade, o nosso território, a cultura, vai muito além dessas manifestações artísticas, a cultura são todos os modos, todos os meios que nos organizamos.

A sustentabilidade é um tema muito caro para todos nós que poderia ser utilizado através de várias ações artísticas e culturais para preservar nosso território, a gente usa a teoria da janela quebrada, está tudo cheio de lixo na rua, não tem sustentabilidade, não tem o brilho no olhar da juventude e ninguém se interessa pela Tiradentes. A cultura, que é uma coisa que já é menosprezada, fica mais lá embaixo ainda. Então, não vemos isso, falar da sustentabilidade, a questão do Parque da Consciência dá para fazer uma ação local.

A questão do empreendedorismo social e da economia criativa, já fui lá no Centro de Formação Cultural várias vezes, é um excelente local, mas é distante, como vocês mesmos sabem, nós temos centenas de problemas de violência, de assalto, na Avenida dos Têxteis. Já tive dois, três amigos assaltados esse mês que passou, por questões que a gente sabe que não tem educação, os jovens estão fora da escola, a economia não tem emprego, não tem cultura, não se organizam em coletivos, se organizam em coletivos marginais para tentar sobreviver. É a história da Tiradentes.

Tem alto índice de criminalidade e assalto aqui mesmo entre nós, então, às vezes, a gente tem até medo de ir lá à noite, sempre tem show lá a noite, eu fui à Virada Cultural, mas

tenho medo de ir lá, às vezes, além de ser distante. Então, tem algumas coisas mais locais, como foi dito, se a gente não poderia... teve a conferência Municipal de Cultura, participei algumas vezes.

Sou morador da Tiradentes desde 1986, tenho 37 anos, depois fui morar em São Mateus um período, no Jardim Imperador, e pude ver a diferença. Participei do Fórum de Cultura de São Mateus na retomada que teve, não estava tendo, depois teve a Casa de Cultura, que agora tem um local próprio, tiveram várias lutas, depois fui morar na Tiradentes novamente, mas eu me recordo que uma das lutas que a gente tinha era para fazer o campeonato de skate, uma pista que seria construída. O poder público, na época, não sei se a Vereadora Juliana Cardoso fazia parte da região do Jardim Imperador, da praça, tinha uma praça que tinha até uma verba, uma dotação, cheguei ir até ao gabinete, mas a pista não saiu. Estou falando de 2012, fizemos dois campeonatos de skate depois disso, mas sem apoio. Mas (palavras ininteligíveis, o sobrinho da senhora está lá, acho que tinha essa altura, deve ser grandão, é uma foto com um monte de moleque lá e não tem a pista até hoje, também nunca mais teve campeonato de skate e nada cultural.

Então, ter alguma coisa mais local, cultural, que pudesse organizar, não só uma vez por ano, ou a cada quatro anos, mas cotidianamente as coisas acontecerem. É isso. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada. Tem a palavra o Sr. Júlio, Coveador Júlio.

**O SR. JULIO CESAR DE ANDRADE** – Boa noite a todas, Boa noite a todos, boa noite à Mesa, sou Júlio César de Andrade, morador do território do Lajeado, aqui vizinho, Babalorixá.

A minha fala é muito mais no sentido de parabenizar a mandata por essa iniciativa, e dizer que a cultura é um instrumento de combate ao genocídio da juventude negra nos territórios. Quando o estado não investe na cultura, ele está contribuindo com o aumento de execução de jovens nas periferias. A nossa tarefa é sempre estar em conjunto com os movimentos, apontando, denunciando a ausência de cultura. Outro elemento importante é dizer

da ausência das bibliotecas públicas municipais, bibliografias étnico-raciais, precisa ser avançado, assim como as bibliografias e produções que são feitas na quebrada. A biblioteca de Cidade Tiradentes e a biblioteca de Guaianazes precisam ter lá seus materiais, as produções territoriais locais, até para incentivar a juventude no processo de produção de conhecimento, como foi muito bem visto aqui. A periferia produz e faz cultura o tempo todo. Outro elemento fundamental é a gente discutir o avanço do Orçamento, porque sem orçamento não há política pública, e também precisamos aqui dizer que temos uma Emenda Constitucional, em nível Federal, que congela por 20 anos o orçamento das políticas sociais, para nós é a PEC da morte. Precisamos reforçar e criar uma ação nacional nos estados e nos municípios para o enfrentamento a essa política, que é uma política genocida. Mais uma vez parabéns a essa mandata por essa iniciativa e que possamos seguir na luta trazendo a cultura e a resistência do povo preto como instrumento de emancipação popular.

É isso, muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Júlio.

O próximo é o Guilherme César.

**O SR. GUILHERME CÉSAR** – Boa noite a todas, a todos, estou um pouco nervoso, mas estou feliz de estar aqui. Eu acho que de alguma forma tem um significado histórico o dia de hoje. Como que a gente imaginou que íamos estar participando de uma audiência pública com uma Vereadora de Cidade Tiradentes, e não é qualquer pessoa, é uma irmã nossa, alguém que a gente confia, uma pessoa que está na luta há muito tempo. Então, eu acho que com tantas coisas difíceis e destrutivas que tem nesse país, temos que comemorar as nossas pequenas vitórias, então eu agradeço e saúdo você, Elaine, em nome de todo o mandato que é coletivo, por isso.

Eu também estou muito feliz de estar aqui porque esse bairro faz parte da minha história, desde que eu pisei aqui em 2001, e morei aqui alguns períodos, mas um pedaço do meu coração ficou e ficará aqui para sempre. Há muitas pessoas que fazem parte dessa história que estão aqui hoje: Ana Rita; Dona Geralda, que estava aqui; a Ellen; meu parça, Israel; a Elaine; o



peçoal do LOVE CT, Marcelo, Luís, que são uma referência para a gente; a Emily; o Raça, que está aqui da capoeira, enfim, espero não estar esquecendo ninguém. Esse espaço é um espaço muito emblemático de várias lutas desse bairro. Então, eu acho que de cara era esse chão que a gente pisa. O Pedrinho está aqui do Cine Campinho, e outros parceiros; a Jeny, da zona sul, guerreira; Zica, enfim, é nesse espaço que estamos pisando e temos que honrar, não só os que estão aqui, mas os que se foram, nosso irmão William que faleceu de Covid-19 e outros tantos e tantas parcerias desse bairro que nos últimos anos infelizmente a gente viu morrer jovem.

Genocídio da população preta não é abstrato, ele é concreto, na Cidade Tiradentes, infelizmente. Quero aproveitar uma audiência pública, quero saudar, não sei se tem pessoas representando a Secretaria da Cultura, mas quero saudar aqui vocês, a supervisora de cultura do bairro. Acho que uma audiência pública como essa é sempre uma oportunidade de fazermos... está ao vivo? É importante estar ao vivo porque sempre é uma oportunidade para fazermos algumas coisas: denunciar e propor.

Então, eu quero aqui, antes de denunciar, trazer um breve histórico e é claro que uma audiência como essa que fala de um tema... quero saudar a Vereadora Juliana Cardoso, que eu tenho profundo respeito, e vocês vão entender por que, não só pela trajetória política dela, mas porque ela tem a ver, teve um papel muito importante numa conquista do Centro Cultural muito importante, também saúdo, Juliana.

Eu acho que tem uma questão muito importante nessa audiência, eu me senti convocado, aquela convocação que não dá para fugir, não só pela minha trajetória aqui, mas pelo tema, então eu não podia ramelar, eu tinha que estar aqui. Eu trabalhei no Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes, mas, antes de trabalhar no Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes, participei de todo o processo político que se desdobrou aqui nesse bairro, de inúmeras, dezenas audiências públicas que começaram desde o Governo Marta Suplicy, que foi eleita a Prefeita de São Paulo nos anos 2000, todo mundo se lembra do mandato, porque foi o mandato do bilhete único, que deu uma salvada no rolê, de outras coisas.

Mas, foi na gestão Marta Suplicy, que eu acho que depois da gestão Erundina, foi a

primeira gestão que minimamente a gente começou a ter diálogo, campo de espaço e de interlocução, porque antes a gente teve trevas atrás de trevas de direita, Maluf etc. No Governo da Marta Suplicy se desenrolou aqui no bairro da Cidade Tiradentes inúmeras reuniões com representantes dos movimentos populares de saúde, de cultura, de moradia e de uma série de coisas. Algumas pessoas que estão aqui participaram dessas audiências, uma das coisas... inclusive teve um estudo encomendado pela Prefeitura de São Paulo, chamado Bairro Legal, que aconteceu na Cidade Tiradentes, no Jardim Ângela, na Brasilândia, que foram consideradas as três periferias estratégicas e esse estudo trouxe várias questões fundamentais.

A primeira é que a Cidade Tiradentes já vinha construindo política pública na luta, no facão, não só a Cidade Tiradentes, Sapopemba, São Mateus, desde que passaram a existir como bairro. A Cidade Tiradentes talvez seja o lugar mais emblemático da presença e da ausência da negligência do Estado, porque é um bairro que é construído pelo estado, mas que constrói um conjunto de moradia monofuncional e não provê o mínimo de política pública para que esse bairro funcione. Então, já tinha um acúmulo de lutas.

No Governo Marta Suplicy a Cidade Tiradentes pautou política pública de cultura, não só de cultura, de saúde, não é à toa que foi o primeiro bairro que teve as maiores equipes do estratégia de saúde da família, por exemplo, e outras políticas de saúde e moradia, mas nessas audiências, nessas reuniões, nesses estudos, no início dos anos 2000, a Cidade Tiradentes pautou política pública de cultura, e foi aí que surgiu o germe da ideia de uma política, que não é só um equipamento, do Centro de Formação Cultural. Identificou-se naquele momento que o bairro precisava de biblioteca, precisava ter uma política permanente, não só de fruição cultural, não só programação, não só show, ir em show é da hora, em evento é da hora, mas não enche a nossa barriga, no dia a dia, no arroz e o feijão. Se nós gastamos a mistura toda num dia só falta nos outros dias.

Aí já vai uma questão subliminar para a Secretaria Municipal de Cultura, que é muito boa para alguns programas, algumas políticas, mas o que se gasta, por exemplo, na política de eventos, na Virada Cultural, que acho que tem de ter, é necessária, mas é absolutamente

desproporcional para manter o dia a dia de equipamentos culturais que fazem toda a diferença.

Eu não acho, Marcelo, e outros companheiros que estão aqui, a Simone, que é de equipamento gigantesco e de elefante branco que se faz a cultura. Estão aí os grupos, as ocupações para provar que é da organicidade, é das ocupações que não são sempre aparelhadas pelo estado que a gente faz política pública de cultura. Mas são ações importantes porque elas canalizam investimentos num estado que é burguês e é parasitado sempre pela burguesia. Então, um lugar como a Cidade Tiradentes tem que sempre lutar e vai sempre lutar.

No início dos anos 2000 a Cidade Tiradentes pautou a falta de biblioteca, pautou a falta de espaços de formação e cultura, já tinham naquela época várias pessoas, e também quero dar um salve a Dona Lana, Príncipe Negro, o pessoal da Aliança Negra, como foi falado aqui, e outras pessoas, já tinham várias pessoas que eram trabalhadores mais ou menos informais da cultura na Cidade Tiradentes, do *hip hop*, do samba, da moda, da costura, das rimas, das escritas, o Oubi Inaê Kibuko e outras tantas pessoas que fizeram os Cadernos Negros e a literatura negra nesse país.

Nessas audiências públicas a intelectualidade negra da Cidade Tiradentes, a intelectualidade negra e periférica da Cidade Tiradentes, pautou a construção de políticas sofisticadas, estruturadas como esse território merecia. Foi aí que surgiu... isso foi tão forte que surgiram duas coisas concretas e objetivas: o projeto de iniciativa popular, do então Vereador Beto Custódio, propondo a criação... naquela época não tinha ProUni, não tinha Lula, não tinha expansão da rede Federal, e eles propuseram, no âmbito do Governo municipal, a criação de uma pessoa jurídica, a Fundação Paulistana, para que essa Fundação provesse equipamentos de formação de trabalhadores para trabalhar em políticas públicas estruturais, principalmente saúde, meio ambiente e cultura.

Foi nessa época que saiu o hospital da Cidade Tiradentes e, ao lado dele, uma escola técnica de saúde pública. Naquela época o modelo das OSs não tinha dominado a gestão pública do SUS como dominou depois, naquela época, a gente ainda sonhava com a administração direta da saúde pública, e por isso a construção de uma escola técnica de saúde pública do lado

do hospital, para formar trabalhadores para trabalharem no hospital e trabalhadores desse território, para que as pessoas da Cidade Tiradentes, como a maior parte aqui, não tivesse que fazer deslocamentos de duas horas para ir trabalhar, para ela se formar num auxiliar de enfermagem, num técnico de laboratório e trabalhar no hospital que estavam construindo aqui.

Esse projeto da fundação surgiu naquela época, mas surgiu uma outra coisa também, a pauta da Cidade Tiradentes em relação à cultura foi tão forte, tão incisiva, que surgiu um convênio entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo francês, na região de Ile de France e esse convênio tinha várias ações, entre elas, a construção de um Centro de Formação Cultural na Cidade Tiradentes, ancorado num tripé, esse Centro de Formação Cultural e os investimentos destinados a eles. Fruição cultural, programação artística e cultural de qualidade privilegiando a programação local, mas também artistas de fora. Além disso, formação técnica, formação profissionalizante de áreas que são estratégicas da economia e da cultura. A Ellen bem lembrou aqui, iluminação, cenografia, música, dramaturgia, atuação, dança, tecnologia.

Pautou-se também que deveria ter um centro de memória viva, a memória negra desse bairro nesse espaço e um laboratório de línguas para ter aula de inglês, espanhol, de francês, de iorubá, de quimbundo, de quincongô, de ifon, isso tudo estava no projeto. Esse projeto prosperou, ele atravessou a gestão, porque quando política pública é bem pautada, de baixo para cima, movimento cultural organizado e a gente brigando, a coisa permanece.

Então, nas gestões que vieram depois, Kassab, a gente nunca sabe, não sei o quê, Serra etc. esse projeto continuou, conseguiu recursos como nenhum outro Centro Cultural. O orçamento de construção do Centro Cultural da Cidade Tiradentes é maior do que o Centro Cultural da Juventude, então ele seguiu. Essa construção demorou muito, a escolha do terreno naquele lugar, no fundão da Inácio Monteiro, que realmente é um lugar para mesmo quem mora no bairro, um lugar de difícil acesso, mas não foi à toa, foi uma escolha para justamente deslocar um polo de desenvolvimento, de olhar do estado para aquela região fronteira a Ferraz de Vasconcelos e a Guaianazes, uma região que não predomina os conjuntos funcionais, é uma região também de auto construção de favela, temos o bairro da Vila Holanda, do Jardim Vitória

1 e 2.

Esse prédio só ficou pronto no último dia de gestão do Prefeito Kassab. Ele entregou sem funcionário, com um decreto meia boca, sem água, sem todos os contratos para funcionar, a inauguração foi do lado de fora, com show espetaculoso, porque na hora de fazer espetáculo a Secretaria Municipal de Cultura sabe fazer bem. A gente adora o rolê, traz Racionais, quem gosta da Anitta eu gosto, acho da hora, só que é isso, se você gasta três milhões para fazer show, o orçamento da Virada Cultural hoje deve estar em 40 milhões e depois você deixa um centro cultural sem funcionário, com esse tipo de projeto sofisticado, sem condições de funcionar, aí não dá.

Aí veio o Prefeito Haddad, que a gente respeita, vai ter meu voto para Governador, voto crítico, mas vai ter meu voto também, mas seguiu errando com o Centro de Formação da Cidade Tiradentes. Acho que o Haddad deve ter aprendido, bem aprendido, com tanta pancada que tomou, a escutar mais, a ser menos arrogante. O Governo, na gestão Haddad, a Prefeitura poderia ter trabalhado muito mais governança popular e participativa, não trabalhou, não escutou. A solução que o Prefeito Haddad trouxe foi entregar a gestão do Centro de Formação Cultural ao Sesc. A gente resistiu. Por que a gente resistiu? Porque tinha projeto e porque o Sesc não atendia a finalidade desse equipamento. Quem é que tem carteira assinada hoje em dia para ter uma carteirinha do Sesc? Eu não tenho carteirinha do Sesc, eu queria ter para poder nadar, para poder fazer os negócios lá de graça, eu não tenho. Então, o Sesc não atenderia exatamente o perfil e tinha projeto. Foi aí, Juliana, que a gente recuperou a ideia da Fundação Paulistana.

E aí só para finalizar a minha fala, foi reestruturada uma lei que foi aprovada, eu queria que vocês recuperassem essa lei, lei... vou pegar no celular. Essa lei foi promulgada em janeiro de 2015. E aí vem a denúncia. Eu quero denunciar aqui a Secretaria do Trabalho, a Secretária Aline Cardoso – eu não sei se ela é Secretária – e a direção da Fundação Paulistana. Por quê? Porque essa fundação foi aparelhada pela Secretaria do Trabalho e por essa força política. Os cargos foram criados nessa lei, para cuja votação a gente encheu o plenário daquela Câmara, e a companheira Juliana Cardoso, relatora, fez acontecer lá dentro, e a gente a

agradece por isso. Mas sugiro que vocês leiam essa lei. Foram criadas condições, geridas pela Secretaria da Cultura. A gente foi atrás de estruturar essa Fundação Paulistana, porque ela era uma conquista de política pública, mas porque a Secretaria Municipal de Cultura naquele momento disse que não tinha capacidade de gerir sozinha. Em nenhum momento quis-se alienar a gestão desse espaço de cultura a uma Secretaria aparelhada. Nesse projeto de lei, foram criadas condições para esse centro de formação cultural funcionar minimamente: cargos, estrutura administrativa. Esses cargos foram todos alienados do centro de formação cultural, eles não estão lá. Essa lei previa a criação de cursos. Foi feito um convênio com o Ministério da Cultura, com o investimento de um milhão em bens permanentes para esse espaço. Esse convênio foi firmado, mas esses equipamentos não chegaram lá. Me desculpem, eu me exaltei. Muitas pessoas saíram do centro de formação cultural adoecidas. Esse é um mandato que não passa pano para racismo, mas houve vários casos de racismo, racismo religioso, racismo institucional. Talvez o centro de formação cultural represente um dos casos mais graves de racismo institucional da Prefeitura de São Paulo.

Então, vai aqui a minha denúncia. Secretária Aline Cardoso, direção da Fundação Paulistana: desaparelhem. Vocês não têm direito de fazer o que vocês fizeram com a gestão do centro de formação cultural da Cidade Tiradentes. Secretaria Municipal de Cultura: assumam, vocês vão ter o apoio da população, vocês vão ter o apoio do acúmulo desse projeto. Câmara Municipal: nos ajudem a botar isso para frente. Obrigado, gente. desculpem a minha exaltação. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Obrigada, Guilherme.

O próximo e último inscrito é o Pedro Oliveira. Em seguida, passaremos a palavra para as representantes da Secretaria Municipal de Cultura e da Supervisão de Cultura de Cidade Tiradentes.

**O SR. PEDRO OLIVEIRA** – Boa noite.

É numa satisfação estar neste espaço. Falar depois do Guilherme é bom porque a fala dele contempla muitas falas, e eu reforço muito do que ele falou. Aqui estamos pisando em

um espaço que tem muita gente que contribui, que levou o nome da periferia do ponto de vista cultural. Se hoje a gente tem alguns legados, foi graças a essa luta. É óbvio que ainda há muita coisa a se fazer, muitas coisas a serem conquistadas. Discutir cultura na periferia é muito complicado porque parece que tudo o que vem da periferia é com muita dificuldade, com uma precarização. Eu conversava há pouco que é por isso que a gente tem que permanecer na luta, porque a coisa não vem de mão beijada.

Cito algumas dessas lutas, em continuidade ao que falou o Guilherme, que me antecedeu. Há muito tempo, a periferia não tinha uma biblioteca que pudesse abrir no período da noite. O movimento foi lá, discutiu, veio o projeto Veia e Ventania; assim, enquanto a biblioteca fechava na periferia, vinha um movimento de literatura e poesia; na quebrada tinha a biblioteca aberta. Essa luta começou em 2011, mas o edital encerrou em 2017, infelizmente.

Não é de bobeira que a gente vai ter os primeiros CEUs em Guaianases, como o CEU Jambreiro, com uma estrutura, um centro unificado que pudesse dialogar sobretudo com as periferias. Nele, tivemos um avanço, que foi o primeiro CEU inaugurado em Guaianases para a zona Leste. Depois vieram outros CEUs, com perfis totalmente diferentes, separando a administração das intervenções culturais. Agora temos CEU sendo administrados por empresas, inclusive aqui em Cidade Tiradentes.

Temos os movimentos de cultura reivindicando a pauta das casas de cultura, o retorno das casas de cultura para a Secretaria, porque elas estavam nas mãos das subprefeituras, que estavam fazendo uso político, colocando figuras que nem sabiam o que é cultura nem reconheciam os movimentos coletivos culturais e tampouco havia verba. Então, conseguimos; e, com essa reivindicação, surgiram nossas casas de cultura. No entanto, as casas de cultura estão fechadas para os movimentos; os recursos estão sendo devolvidos e não se ampliam mais os recursos.

Hoje temos a discussão sobre a privatização das casas de cultura, passando-as para as organizações sociais, que, já sabemos, são organizações que dialogam com essa política de direita. Temos então que permanecer nessa luta. Temos movimentos afro, indígenas, que

inclusive vieram de um coletivo de audiovisual periférico. Discutimos que na periferia há audiovisual, há cinema e há a defesa do povo indígena, que somam com a galera afro, com os pretos que aqui estão, fortalecendo inclusive a defesa dessas pautas.

Então, quero dizer que está na hora de a Secretaria ampliar o seu orçamento. Está na hora de o orçamento chegar à periferia, mas não de qualquer jeito, com uma verba menor. Temos que continuar lutando. O momento desta audiência pública é muito importante, pois está acontecendo no fundão da zona Leste, em Cidade Tiradentes. É importante avançarmos no diálogo para conseguir implementar, para fazer com que nossas falas cheguem aos representantes dos Vereadores e das Secretarias que aqui estão. Que vocês possam ouvir e que nós possamos de fato fazer esse movimento. Porque se tem um caminho que pode mudar tudo isso, esse caminho é a luta.

A alguns amigos de cabelos brancos que estão presentes e que ainda estão na luta, quero dizer que esse caminho para nós não tem fim. A gente sabe que é por meio da movimentação, da pressão, da força que vamos conseguir. Somos um povo que não vai arredar o pé, porque essa luta é de todos nós e ela vai continuar. Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Pedro.

A última inscrição, que não podemos deixar de atender, é a do Fernando Júnior. Eu o conheço há 30 anos, mas não sabia que seu nome é Fernando, a quem já agradeço de antemão por ter recebido a audiência neste espaço. Muito obrigada.

**O SR. FERNANDO JÚNIOR** – Vamos continuar como Júnior. Serei bem rápido. Eu não tinha como não falar diante de tanto depoimento que mexe profundamente. Cada palavra, cada manifesto, cada ação vai arrepiando na medida em que as pessoas vão vindo aqui e se expressando; isso é muito rico. Esse espaço hoje serve única e exclusivamente para estar a serviço da comunidade, dos movimentos sociais, dos movimentos populares, daqueles que querem utilizar esse salão para fazer reuniões, para fazer formação, para promover encontros e direitos humanos. Então, as portas estão abertas para qualquer coletivo e qualquer grupo que precise usar o espaço e muitas vezes não tem disponível; estamos de portas abertas.



O estado que não cuida mata. E ele mata quando não produz políticas públicas, quando não inclui no Orçamento o direito da criança e adolescente, o direito à saúde, o direito à cultura, o direito à assistência, o direito ao lazer. Está mais do que provado que não é de hoje que esse Estado vem matando a população periférica de São Paulo, sobretudo nós de Cidade Tiradentes, onde a perspectiva de vida é de 54 anos.

Hoje de manhã tivemos um encontro do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, na próxima quarta-feira, completa 32 anos; e, não muito diferente das outras políticas, vivemos o sucateamento dos conselhos tutelares, dos Conselhos Municipais de Direitos e das organizações sociais que defendem os direitos humanos. Isso tudo é um projeto muito bem orquestrado para que a gente se desmobilize cada vez mais, para que a gente desanime e desista da luta. Mas estar em um espaço como esse hoje ouvindo as falas que me antecederam vai nos encorajando e nos fortalecendo a continuar sonhando e lutando por uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Então, quero agradecer a oportunidade de ter, nesse espaço, um encontro como esse, de potência e de vida, porque a arte salva vidas, está mais do que provado. Seguimos firmes na luta e estamos juntos de portas abertas para acolher sempre que necessário. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Júnior. Obrigada mesmo pelo espaço. Convido agora a Sra. Regiane, que é Supervisora de Cultura de Cidade Tiradentes, que falará pela Secretaria.

**A SRA. REGIANE DE FREITAS CASTRO** – Boa noite a todos e a todas. Cumprimento aos que participam presencialmente e aos que estão assistindo à audiência pela *live*. Parabéns a todos nós que nos dispusemos a estar aqui para ouvir as falas e as críticas, que são necessárias para uma boa gestão e uma melhoria contínua, e também as sugestões, pois todas com certeza serão acatadas pela Mesa. Cumprimento também as componentes da Mesa. Em nome da Subprefeitura de Cidade Tiradentes, na pessoa do Subprefeito Lucas Sorrillo e do Chefe de Gabinete Nunes Sobrinho, eu gostaria de agradecer a todos. Eles estão agradecendo a oportunidade do convite das Vereadoras.

Quero colocar a questão da disponibilidade de espaço, que observei aqui. Tenho visitado alguns equipamentos e digo a vocês: eu já disponibilizei e ofereci, em nome da Subprefeitura, o espaço do auditório para que aconteçam as reuniões, os eventos que, dentro da nossa gestão, forem autorizados. Gente, vocês podem contar com o auditório, cuja capacidade média é de 90 pessoas. De antemão, já estou colocando o auditório à disposição de vocês para futuras reuniões e reivindicações. Estamos lá também para isso, para atender vocês e tentar fazer essa ponte tão necessária que eu tenho observado nos equipamentos.

Quero fazer um comunicado, não sei se algumas pessoas – inclusive a Ana Rita - já sabem. Fui à Casa de Cultura Hip Hop Leste, e o coordenador Jal Moreno me informou que finalmente foi conseguida uma verba para a reforma da casa de cultura. Acho que isso é uma vitória de Cidade Tiradentes, que há tantos anos, como diz a nossa querida Bia, foi esquecida; e foi mesmo. E aos poucos, mesmo de forma mínima, temos conseguido trazer alguma coisa para Cidade Tiradentes. Concordo plenamente com que devemos usar mais o espaço, e é para isso que estamos aqui, para tentar reivindicar que as verbas sejam realmente voltadas para a periferia.

Confesso a vocês que no aniversário de 38 anos de Cidade Tiradentes neste ano fui até a Secretaria falar com a nossa Excelentíssima Secretária Aline Torres e pedir para que os artistas locais estivessem nos palcos. Não no palco principal, mas em todos os outros palcos, porque nós conseguimos quatro palcos neste ano, e uma das minhas solicitações foi que os artistas locais estivessem presentes e fossem fomentados.

Só quero fazer uma observação. A Aline Torres sugeriu, por conta do momento do sambódromo, do momento do Carnaval, que fosse focado no samba. Eu cheguei a falar com uma munícipe aqui, para me indicar alguns nomes de grupos de samba aqui da região. Foram me ditos seis nomes. A Secretaria de Cultura entrou em contato com todos. Infelizmente, por conta de documentação e de quem não estava dentro das exigências, não foram infelizmente contratados. Aí entra naquela questão que a Vereadora disse, a burocratização em contratar aqueles que estão iniciando. Na verdade, há muita gente que está há anos aqui nessa luta. A

luta de vocês também é nossa. A Secretaria de Cultura olha, com carinho, para essa parte, porque é necessário.

Gente, nós precisamos de incentivo. Não sei se vocês acompanharam, mas uma das grandes conquistas recentes - eu sei que não é o foco, mas é só um comentário - é a inauguração do Poupa Tempo. Não sei se vocês observaram, nas redes sociais, que quem não teve o cuidado de acompanhar essa parte, está lá o Poupa Tempo móvel, porém ele vai ser permanente aqui na Cidade Tiradentes.

Eu tentei, nesse momento, inserir a Cultura, no momento em que a Cidade Tiradentes estava falando sobre serviços, porque é importante o Poupa Tempo aqui na Cidade Tiradentes. Como supervisora de Cultura, vou pegar uma brechinha. Para quê? Para que, pelo menos, duas pessoas da representação aqui local pudessem mostrar um pouquinho do trabalho. A Profa. Camila fez uma dança do ventre na apresentação para o nosso Governador Rodrigo Garcia, para o nosso Prefeito Ricardo Nunes e também para o nosso Prof. Wesley Daniel.

Gente, mesmo que sejam seis minutos, eu tenho certeza de que esses seis minutos jamais vão ser esquecidos, tanto por eles, como para todo mundo. Eu fico feliz por ter conseguido essa contribuição cultural para a Cidade Tiradentes num momento tão importante.

Outra questão: Quem me conhece um pouquinho - eu estou aqui há poucos meses - sabe da importância que eu dou em relação à periferia. Eu venho de Heliópolis com muito orgulho. Heliópolis vocês já conhecem pela fama. Então, eu venho da quebrada também. Eu sei muitas coisas, eu vivi muitas coisas.

Bia, em relação ao centro de promoção cultural, eu concordo plenamente com você. Lá, em Heliópolis, existe o cine favela. Muitos conhecem. É um projeto muito legal. Audiovisual no centro de formação cultural também é essencial, para incentivar as pessoas a criar sonhos, porque infelizmente eu vejo sonhos morrendo aqui. Isso é triste.

Vou dizer uma coisa para vocês. Eu perdi a minha filha há um ano. Ela tinha treze anos, a Giovana. Me emociono um pouco. Peço perdão. A pauta aqui é por uma São Paulo sem racismo. A minha filha foi vítima de preconceito também. Minha filha era branca e um pouco

obesa. Ela era sozinha. Digo sozinha numa escola onde existiam vários grupinhos. Vocês sabem como é. Minha filha tentou o suicídio três vezes. Então, para mim é muito difícil, como diz o Júnior, não valorizar a questão da criança e do adolescente.

Gente, eu tentei de tudo para que a minha se interagisse na cultura. É muito difícil conseguir interagir as pessoas no grupo. Por quê? Porque infelizmente falta exatamente inserção da cultura e falta fomento da cultura. Infelizmente é isso.

Então, há jovens que infelizmente são vítimas. Ontem eu recebi lá, na minha sala, na subprefeitura, uma senhora que me emocionou. Ela foi vítima de estupro na família. Hoje ela ajuda muita gente aqui na Cidade Tiradentes. É uma pessoa negra, é uma senhora maravilhosa, que ajuda muita gente.

O nosso sofrimento é exemplo para que outros não aconteçam. A gente tem que fazer o quê? Infelizmente, quando acontece alguma coisa ruim com a gente, a gente tem que pegar uma parte boa e tentar salvar aqueles que ainda dá tempo. Então, nós estamos, na subprefeitura, eu, na qualidade de supervisora. Gente, eu estou à disposição de vocês. Tragam os projetos e informem o que está acontecendo em cada equipamento. Eu já sugeri à comunicação da subprefeitura para criar um espaço na página da subprefeitura, para falar sobre os eventos, sobre os coletivos, mas eu vou pedir encarecidamente para vocês que me procurem, para que a gente consiga divulgar isso, os eventos de vocês, as necessidades de vocês. Eu me coloco à disposição, em nome da subprefeitura.

Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Regiane.

A Camila e a Isabela são representantes da Secretaria de Cultura.

Tem a palavra a Sra. Camila.

**A SRA. CAMILA PASSOS DE SIQUEIRA** – Boa noite, gente.

Queria me apresentar. Sou Camila. Sou servidora pública de carreira. Comecei minha carreira como servidora, na Habitação, e vim para a Cultura há quase cinco anos e, desde que eu vim, trabalho na equipe técnica das casas de cultura.

Queria que a Isa se apresentasse antes, para eu poder depois fazer a minha fala.

**A SRA. ISABELA SILVA** – Boa noite a todos.

Sou Isabele. Sou servidora de carreira também. Sou AGPP, Assistente de Políticas Públicas. Estou acostumada também a fazer essas discussões, principalmente na Sul. Sou do Capão Redondo. Inicialmente entrei, na Prefeitura, na Secretaria de Inovação e Tecnologia, em 2019. É super-recente. Em agosto de 2020, eu vim para a Cultura e trabalho no núcleo da casa de cultura. Fazia o acompanhamento da zona Sul, das casas de cultura da zona Sul e agora eu estou me aproximando mais das discussões sobre o orçamento, controle orçamentário dos contratos; e estou com toda a equipe, olhando para a programação e para o diálogo com o território.

A Camila vai fazer uma fala também e aí a gente vai fazendo alguns apontamentos juntos.

**A SRA. CAMILA PASSOS DE SIQUEIRA** – Eu queria só começar dizendo que eu gostei bastante da fala do Guilherme. Acho que é importante contextualizar. Embora a gente esteja do lado de cá do Poder Público, a gente não conhece, muitas vezes, a história, ainda mais quando somos novas de idade e de envolvimento. Enfim, eu gostei bastante. Para mim, foi bem produtiva a sua fala. Gostei de todos os apontamentos que você fez.

Obrigada por essa contribuição para nós inclusive.

Eu anotei bastante coisa aqui. Eu imagino que vocês saibam que há coisas que não estão na nossa alçada. Então, a gente não vai conseguir dar essa resposta, especialmente porque a gente está no recorte da secretaria. Falo das casas de cultura. Vocês apontaram muitas questões em relação ao CF 70. A gente precisa submeter isso à competência da secretaria, para poder responder vocês; mas, em relação às casas de cultura e às contratações, eu anotei algumas ponderações aqui. A Elaine iniciou a fala, fazendo apontamento em relação à burocracia. Eu sei e concordo que é bastante burocrático. Eu cheguei à secretaria e, desde o princípio, quando a gente começou a contratar, era uma coisa que a gente apontava: “Por que tanto documento? Por quê? Por quê?” E, conforme o tempo foi passando, eu entendi algumas

coisas que eu acho importante. Eu gosto de explicar também o lado de cá, porque disso, porque daquilo e de onde vem isso.

As contratações artísticas da secretaria, por muito tempo, a gente fez por meio da lei de inexigibilidade, que é a lei 8.666, artigo 25. É a lei que permite que a gente contrate os artistas sem licitação. Eu dou um exemplo, muitas vezes, bobo para o pessoal: “Para comprar papel higiênico, é preciso fazer licitação, porque o Poder Público tem que buscar o melhor serviço com o menor preço.” Então, a contratação artística foge disso. É muito singular. Eu não consigo comparar o trabalho da Bia com o de outra pessoa. É muito singular.

Então, a gente contratar vai. Por meio dessa legislação, era por onde a gente conseguia contratar os artistas, e é a lei que permite que a gente contrate, por exemplo, a Ivete Sangalo e um artista do território. É a mesma lei.

E, ao longo dos anos, a gente foi percebendo que as exigências para se contratar um artista consagrado, que tem já a sua produtora, enfim, os documentos não são os mesmos do artista que está no território começando ou que ainda não conseguiu instrumentos o suficiente para contratar. Vou dar o exemplo do registro, que a Elaine apontou. Quem é artista e está rodando nas casas deve ter percebido isso. A lei diz sobre o artista contratado por consagração, pelo público ou pela crítica. É isso que a legislação aponta, por meio de um empresário exclusivo ou contratação direta, por meio dele mesmo, pessoa física. Sobre esse representante exclusivo, o TCM, que é um órgão de controle, enfim, olha o que a gente está contratando e faz os apontamentos. A função dos órgãos de controle observou que a gente tinha uma fragilidade para comprovar que esse empresário era o empresário exclusivo, porque isso está expresso na lei. Eu, a Isa, a gente não tem como falar: “Não vou fazer.” Isso está expresso na lei.

Então, a contratação era ou por meio de empresário exclusivo ou diretamente. O TCM observou que a gente tinha uma fragilidade para comprovar esse empresário exclusivo. Então, foi o TCM, o órgão de controle, que, por meio de um processo, exigiu que, a partir de agora, nas contratações que viessem por consagração - na contextualização dessa legislação - o artista precisava firmar um contrato e fazer um reconhecimento desse documento, em cartório,

para trazer uma garantia maior. A gente usa o cartório, utiliza o cartório, no Brasil, para reconhecimento de diversos documentos. Então, isso seria uma garantia maior de que há um contrato, de fato, entre o artista e o empresário.

A gente percebeu que havia um nó aí. Os artistas não estão dentro dessa burocracia. Muitos estão na informalidade. Então, o que a gente pensou? Eu acho importante também apontar as coisas bacanas que têm acontecido. A gente foi procurando saídas para contratação dos nossos artistas.

Para se contratar, a partir de janeiro deste ano, era necessário isso pela Procuradoria Geral do Município, outro órgão. E eu, Camila, a Isa ou o Jau, que está na casa de cultura, não pode falar: “Não, não vou cumprir.” A gente precisa cumprir a exigência de que a artista pudesse comprovar o seu próprio preço. Então, eu sou a Camila. Sou MC. Meu *show* é tanto, e eu preciso comprovar para o Poder Público porque o meu *show* é tanto. Então, tinha que se comprovar por meio de notas fiscais por exemplo. Isso é uma contextualização, gente. Há uma linha do tempo aí.

Então, a gente volta e fala: “Bom, a maior parte dos nossos artistas não têm nota fiscal para comprovar, até porque é um mercado que vive muito na informalidade. A nota fiscal já representa uma formalização, já representa que o artista está em outro patamar. O que a gente vai fazer com isso?”

Então, no começo do ano, a gente penou bastante para conseguir encontrar uma alternativa. Em abril, a gente publicou a portaria 32, que permite que a gente contrate os artistas sem a nota fiscal, os artistas do território, os artistas por singularidade.

Então, por exemplo, a Bia tem um trabalho “x” com o coletivo dela. É relevante. Só ela tem e só ela faz.

A gente consegue contratar, nessa portaria, com valores de referência de acordo com a quantidade de integrantes, por exemplo. Essa é uma das referências na portaria: “De um a dois integrantes, a música é tanto. De quatro a cinco, é tanto”, para se tirar essa exigência na nota fiscal, por exemplo, que é uma dificuldade para os artistas e também para mostrar que nem só

de artista consagrado se faz a política cultural das casas.

Então, a portaria é uma saída. A maior parte das nossas contratações tem sido por meio dessa portaria. A gente não consegue tirar a exigência de algumas documentações. Algumas certidões fiscais são necessárias para contratar com o Poder Público. A gente não consegue fugir de certas documentações, mesmas, por exemplo, a gente consegue contratar os artistas sem essa exigência de nota fiscal. Foi muito difícil, no começo do ano, para a gente que está lá também, para os coordenadores fazerem a programação artística. A gente estava tentando colocar uma coisa no lugar onde não cabia. Então, a portaria é uma saída. Deu uma desburocratizada bem legal. A gente tem percebido um retorno, porque os trabalhos artísticos que acontece, nas pontas, são singulares.

É muito difícil comparar os trabalhos artísticos. Então, isso é uma coisa bacana e tem ajudado a desburocratizar.

Outra coisa importante que eu anoitei aqui é o acesso à programação, como a gente tem programado nas casas de cultura. A gente precisa se programar com bastante antecedência, porque a Secretaria de Cultura, quem operacionaliza os contratos recebe uma avalanche de documentos, de contratos. A gente está falando das casas de cultura, do universo. Há o centro cultural, o teatro, a biblioteca e a programação da Cidade. A gente precisa se programar. Então, a gente tem se programado. A gente está programando, por exemplo, agora já de agosto a dezembro. A gente está tentando fechar o ano, porque a gente precisa enviar contrato. O contrato vira um processo. O processo passa por vários setores da secretaria. Não é rápido. Então, a gente precisa se antecipar.

Então, você vai chegar possivelmente à casa de cultura da Hip-Hop Leste, e o Jau já vai estar desenhando, de agosto a dezembro, porque ele precisa se antecipar e enviar esse contrato a tempo. Como a programação tem acontecido nas casas? Eu estou usando o exemplo do Jau porque é a casa de cultura daqui. O Jau tem a sua programação, diante de algumas coisas que a gente aponta.

Então, por exemplo, em novembro, mês da Consciência Negra, tem que haver



programação dessa temática. A gente pede que se levem, em consideração, esses temas do mês. Agosto é o mês da capoeira e do samba rock.

Então, para todas essas temáticas a gente pede que os gestores olhem atentamente, os grupos que estão fazendo isso nos territórios.

Então, o Jau pensa de acordo com o orçamento que ele tem: “Eu vou fazer isso, vou fazer aquilo, um teatro”, sempre pensando nos artistas do território. Isso é uma coisa que o núcleo aponta muito para os gestores, e aí submetem essa programação para o núcleo de casas de cultura, nós. Essa equipe é muito maior. A gente recebe essa programação e a começa a olhar uma por uma mesmo.

O Juninho na Vila Guilherme pensou isso. A Casa de Cultura do Butantã pensou aquilo. A gente começa a olhar e a nossa devolutiva, para dizer se a programação está OK ou não, é muito mais: se a gente consegue contratar, se a gente tem instrumentos legais, se é possível fazer isso e se ela atende às temáticas, às pautas identitárias que a gente acha fundamental, se há um envolvimento com o território e se esse grupo já foi contratado há menos de seis meses, para a gente poder dar oportunidade para outros grupos também.

Há várias variáveis. O núcleo devolve para a casa de cultura e fala: “Isso eu acho possível. Isso eu acho que não vai dar. Vamos pensar isso juntos.” E assim a casa programa. A gente tem feito desse modo. Tem dado muito certo, porque o núcleo olha a Cidade. A gente está aqui olhando a Cidade Tiradentes. Lá no núcleo de casas, eu estou olhando a Casa de Cultura da Brasilândia e a Casa de Cultura da Cidade Ademar, de Norte e Sul; e a gente faz esse olhar mesmo: “O que a gente está fazendo no mês da mulher negra latino-caribenha? O que a gente tem feito de bacana?”

Então a programação tem acontecido dessa maneira. Só um instante. Tenho mais anotações aqui. (Pausa)

Tem a questão da utilização do espaço que vocês têm pedido e, algumas vezes, tem sido negado. Acho que ouvi alguma dúvida nesse sentido. O Núcleo de Casas de Cultura está lá, ou seja, nós estamos lá, justamente para poder receber a solicitação, “Poxa, Camila, estamos

tentando desenvolver uma conversa na Casa de Cultura de Guaianases e não temos conseguido utilizar o espaço há muito tempo", nós estamos, literalmente, de portas abertas todos os dias para receber e para entender o porquê.

E, Val, a Casa de Cultura do Hip Hop Leste tem uma questão de tamanho de espaço. Se vocês pararem para pensar, enquanto está acontecendo uma oficina, veja, quem já frequentou a Casa, quem conhece essa casa de cultura sabe que é pequena por dentro. Quando acontece um evento ou algo maior, não conseguimos conciliar dois ou três ao mesmo tempo por questão de espaço físico simplesmente. Porém, volto a dizer, se vocês têm encontrado a Casa com a porta fechada e pensam "Não estamos conseguindo esse diálogo, nós precisamos ensaiar nesse lugar; temos de pedir por favor para colocar tomada", saibam, não é assim. Nós necessitamos que vocês sinalizam para nós, lá no Núcleo. Muitos sinalizam diretamente e, de outros, não recebemos ainda diretamente. Só que nós estamos lá para isso, para que possamos fazer essa ponte e tentar entender, para dialogar. Somos muito do diálogo.

Isa, por favor, tem mais algum apontamento que você queira acrescentar? (Pausa)

Não?

**A SRA. ISABELA SILVA-** Mais sobre a execução orçamentária que é uma preocupação. Nós estamos, agora, inclusive enquanto Casa de Cultura, programando, de agosto a dezembro, planejar a execução completa do nosso orçamento. Isso é mesmo uma grande preocupação.

No começo do ano, tivemos algumas dificuldades na execução por conta das questões burocráticas que a Camila mencionou, por quê? Quem são os artistas que contratamos? São os artistas que estão nas pontas, portanto, perto das Casas de Cultura. E aí nós encontramos muita dificuldade nessa contratação porque os artistas, às vezes, não tinham nota, porque estão ali, são artistas do território, ainda no processo de formalização, então isso acabou refletindo na nossa execução.

Portanto, nós percebemos que, em janeiro por exemplo, nos utilizamos e um recurso de cerca de 270 mil reais e, aí, em fevereiro, a mesma coisa, foi até o mesmo o valor. E, já em

abril, quando vem essa portaria que a Camila comentou, nós já dobramos a execução desse orçamento. E, agora, isso tem crescido dessa forma.

Com esse planejamento de agosto a dezembro nós precisamos executar todo o orçamento, por isso que faz essa previsão. Acho que é isso.

**A SRA. CAMILA PASSOS DE SIQUEIRA** - Eu só queria ainda complementar que, e temos repetido isso nas conversas que temos tido, as Casas de Cultura têm, no nosso entendimento, três eixos - digamos assim - que são fundamentais e têm de funcionar. Se esses eixos não estão funcionando, precisamos receber essa sinalização no Núcleo.

São eles: programação artística, com a valorização dos artistas do território preferencialmente, e não só, fazer circular, então o artista de São Rafael pode tocar em Cidade Tiradentes ou fazer seu espetáculo no Tremembé, ou seja, circular pela Cidade, o que é muito importante, então programação artística é um eixo e precisa funcionar; oficinas culturais, que é a formação, de modo geral fazemos isso através de um edital de oficinairos, não sei se alguém aqui faz parte desse edital, portanto, a formação é outro eixo que precisa funcionar, aliás, nós contratamos através do edital e, dessa maneira tem funcionado, temos conseguido contratar e contemplar as oficinas; e a cessão de espaço, que é o terceiro eixo, e que é justamente o que dissemos antes: a Casa tem de ser um espaço que os coletivos e grupos possam utilizar, então, um exemplo, tem um estúdio na Casa de Cultura da Vila Guilherme, o qual deve ser utilizado para os grupos ensaiarem e usarem-no. Qualquer que seja a demanda - tanto dos outros setores do Poder Público, quanto da sociedade civil -, a Casa precisa ser esse espaço: aberto e público.

Sendo assim, entendo que, se para esses eixos o diálogo não está funcionando, eu não estou entendendo, não consigo avançar, não consigo ser contratado, a nossa tarefa é formar e entender. Então vamos ajudar, tipo, sei lá: "Você já pensou em abrir uma MEI?", aí a pessoa pergunta: "Como faço isso, Camila, isso é bom para mim, é muito burocrático, eu preciso, não preciso?". A nossa tarefa é essa também, explicar.

Eu mesma, pessoalmente, não falando pela Secretaria, acredito que o Poder Público se movimenta muito por conta do movimento da sociedade civil. Então, nós precisamos de todas

essas sinalizações para que consigamos avançar e fazer uma política pública melhor. Muitas vezes, o que eu estou pensando, no Núcleo, não é o que será eficaz para a Cidade Tiradentes e, por isso, precisamos construir o melhor.

Portanto, estamos de portas de abertas. O Núcleo fica no prédio da Secretaria, na Libero Badaró. Estamos sempre à disposição para esse diálogo. E, se algum desses eixos, digamos assim, não está funcionando, especialmente falando das Casas que é o que eu posso responder nesse momento, gostaria muito que pudéssemos conversar. Estamos lá para isso. Acho que é isso, Vereadora Elaine.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Obrigada, Camila. Obrigada, Regiane. Obrigada, Isabel.

Não conseguimos abrir mais novamente para as falas porque já passamos dezoito minutos do horário limite da Audiência Pública, mas quero dizer que a ideia da lógica da audiência é que consigamos dar respostas na próxima Reunião Ordinária da Subcomissão de Cultura às demandas que trazemos nessas audiências externas. É óbvio que vão chegar questões que não consigamos responder tão imediatamente, mas nós encaminhamos.

Os requerimentos que foram colocados aqui, a Bia apresentou alguns requerimentos, nós encaminharemos, enquanto Subcomissão, o tempo que tem demorado para as respostas, tem sido de 30 a 45 dias. Repetindo, nós encaminhamos os requerimentos enquanto Subcomissão e, ao retornarem para nós, damos as respostas.

Algo muito importante é a denúncia do FCC que nós já estamos acompanhando e vamos continuar seguindo com mais afinco e talvez, pensar reuniões com a Fundação, como podemos fazer isso enquanto mandatos também, acho que a Vereadora Juliana, com certeza também tem interesse luta, assim como outros Vereadores e podemos fazer isso.

Acho muito importante chamar à atenção algo que o Movimento de Cultura já vem fazendo há muito tempo, mas que vamos começar a discutir, agora, no segundo semestre, e cuja atuação é fundamental, que é a LOA, a Lei Orçamentária Anual. Acabamos de aprovar, agora, na LDO que o orçamento da Cultura não pode ser menor na Lei de Diretrizes, que não pode ser

menor que o anterior, e nós continuamos pressionando para que não só ele não seja menor, mas que aumente e, claro, que seja executado. E, não só chamar à atenção os valores e sua execução, mas também é igualmente importante chamar à atenção para que continuemos a fazer essa discussão.

Outro ponto fundamental, que ficou muito nítido para nós é que, de alguma forma, tentemos fomentar esse diálogo entre as secretarias, então é muito importante que consigamos fazer o debate com a Supervisão de Cultura, que não podemos negar que fica sem orçamento, sem recursos, sem capacidade nenhuma de desenvolver a cultura no território, com a Secretaria propriamente dita, com a Fundação, com os equipamentos de educação, com os equipamentos de Cultura, e também com aqueles do Verde e do Meio Ambiente, pois foram muito citados aqui, ou seja, os parques do território, muito importante fomentar essa discussão entre as secretarias. Vamos trabalhar para fazer isso.

Também foi falado aqui desse mapeamento sobre os espaços de cultura, não só os equipamentos, mas os espaços de Cultura do território, importante dar atenção a isso. E ainda falar da importância de incentivar a discussão sobre a terceirização das Casas que é algo que, qualquer espaço que visitemos, com qualquer coletivo que conversemos, não é algo que aparece de forma positiva para esses territórios, para esses usuários da Casa. Então é algo que deve ser focado no debate.

Vamos para o encerramento e já convido a Secretaria Municipal de Cultura para a próxima Reunião Ordinária, bem como para as próximas audiências públicas. Sempre encaminhamos à Secretaria esses espaços como convite e debate, mas quero dizer algo antes, e que sempre colocamos na Subcomissão de Cultura, e que as pessoas também expõem: quando os cidadãos levam as demandas para a Secretaria, eles não esperam apenas serem ouvidos, mas que aconteçam medidas efetivas em relação ao que buscam.

Então, se as servidoras vieram aqui e, com toda boa vontade, colocaram o Núcleo a total disposição dos movimentos, entendemos e agradecemos, mas também talvez o Núcleo possa pensar uma maneira de ampliar uma escuta efetiva e uma atuação nesses territórios,

nesses movimentos e, inclusive, de fiscalização do trabalho dessas Casas de Cultura, Porque, vejam, se a reclamação é generalizada, do acesso a esses espaços, e ela já é histórica, talvez também tenha de haver um trabalho mais ativo da Secretaria no sentido de melhorar esse aspecto. Afinal, os movimentos já falam disso historicamente há anos e isso continua. Talvez não falte tanto a escuta, não falte tanto elaborar essas críticas, mas sim a medida efetiva para que possamos solucionar esse problema.

Vereadora Juliana pediu a palavra, por favor, um segundo para que possamos encerrar a reunião.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** - Obrigada, é muito rápido. A equipe da Cultura está mesmo com super boa vontade, veio aqui, acho que essa reunião é importante, pois não só discutimos a relação dos problemas, mas já vamos nos organizando para o Orçamento da Cidade, como sempre.

De fato, vivemos numa cidade de 12 milhões de habitantes. Vivemos numa cidade que tem 80 bilhões de reais. Quando pensamos nas secretarias, que ficam no Centro da Cidade, para um morador sair da Cidade Tiradentes e se locomover até a Prefeitura tem vários aspectos. Primeiro, o valor do ônibus, e os artistas, normalmente, dependem do seu trabalho e, muitas vezes, não têm dinheiro para poder chegar lá; segundo, temos a Supervisão, por isso que se pensou nas Subprefeituras, descentralizadas, porque elas estão aqui, do lado, portanto, essa falta de comunicação, na minha cabeça, e não é só dessa Gestão, já passou por outras várias, para mim, não cabe ainda. Se tem uma Supervisão, que está aqui, ela é que é responsável pelo território, é ela que tem de fazer a interlocução e o próprio diálogo sobre isso. Então são aspectos que gostaria de ponderar para a própria Secretaria pensar nisso.

Depois, eu me coloco à disposição, Gui, porque você é uma das pessoas que muito batalhou e muito me ensinou, porque eu mesma não tinha muita clareza, principalmente da relação do projeto de lei. Você, com toda paciência, sentou comigo e me explicou ponto a ponto para eu conseguir incorporar e entender para lutar junto com vocês.

Eu sou Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher e, também por

isso, me coloco à disposição para pensarmos coletivamente uma ação efetiva, não só de audiência, ou na audiência pensarmos coletivamente qual é o melhor caminho.

E, por último, quero responder a quem me indagou sobre a questão da pista de skate. Se não me engano, é a do IV Centenário, é isso? (Pausa) Okay.

A do IV Centenário, naquele período, eu me lembro que não tínhamos ainda estudo técnico. Tivemos de chamar vocês para podermos pensar como apresentar um projeto de skate na região. O que foi encaminhado, no final das contas, foi que depois não comportava naquela região, mas passamos para o CEU Aricanduva, pois ali foi feito, de fato, principalmente acolhido na relação orçamentária, bem como emenda parlamentar. Em que pese as emendas, elas ajudam, mas não são suficientes, pois também precisam ter política pública.

Eu quis, então, responder isso, para não ficarem dúvidas. Quero dizer ainda que, em São Mateus, tenho muito orgulho de ter ajudado a construir a Casa de Cultura do Parque São Rafael, e tenho muito orgulho de ter conseguido construir o Instituto do Samba, o qual, depois, a Casa de São Mateus incorporou, entre outras tantas Casas de Cultura, porque eu acredito na cultura. A cultura salvou a minha vida, além da relação do Sedeca, como eu disse, mas também a relação do antigo Ozem - eu já estou com 42 anos - e agora são CCA, CCJA-Cedesp, mas que também tinha interlocução muito importante com o território.

Finalizando, Elaine, V.Exa. está de parabéns, estamos juntas no que der e vier para podermos pensar questões coletivas e as Comissões possam atuar na relação da Cultura que tem uma atuação intensa também junto com vocês.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Obrigada, Juliana. Obrigada a todos e todas. Convidamos a todos que acompanhem as reuniões ordinárias da Subcomissão de Cultura, acompanhar as próximas audiências públicas que faremos. Os mandatos estão abertos para receber, tanto as pessoas no Gabinete, como também para vir no território conversar com as pessoas quando for solicitado.

Muito obrigada a todos e todas. Obrigada ao Júnior, que cedeu espaço aqui, da Ação Senhor Santo Cristo e, em razão do término do horário, considero realizadas as audiências

públicas e estão encerrados os nossos trabalhos.

Obrigada. Boa noite. (Palmas)